

20 MAR 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Judiciário leva em média 1.377 dias para julgar ações penais

# Ações penais se arrastam no STF

*Tempo médio para Judiciário brasileiro julgar ações penais aumentou para 1.377 dias em 2016*

**Mateus Coutinho**  
*Agência Estado*

Pesquisa do Supremo em Números, da FGV Direito Rio, mostra que o tempo médio que a Corte máxima do Judiciário brasileiro leva para julgar as ações penais envolvendo pessoas com foro saltou de 65 dias, em 2002, para 1.377 dias no ano passado. Os dados consideram as movimentações processuais registradas pelo sistema do STF até o trânsito em julgado das ações penais e apontam tendências opostas, uma vez que o tempo médio de tramitação dos inquéritos contra autoridades com prerrogativa de foro diminuiu desde 2002.

Naquele ano, o tempo médio de tramitação dos inquéritos, desde que foram abertos até terem algum desfecho (viraram ação penal, foram arquivados ou declinados para outras instâncias), foi de 1.297 dias, segundo a FGV. Em 2016, aponta o estudo, o tempo de tramitação média ficou em 797 dias.

“É importante perceber que a causa das tendências observadas com relação ao tempo médio para o trânsito em julgado não pode ser atribuída à variação na carga de trabalho do tribunal com o foro privilegiado. No caso dos inquéritos houve aumento da quantidade, enquanto as ações penais tiveram aumento muito pequeno”, aponta o estudo.

**PROCURADORIA** - O levantamento mostra que o Ministério Público Federal (MPF) tem se tornado mais ágil nos inquéritos e ações penais que envolvem autoridades com foro. Considerando os inquéritos e ações penais na Corte de 2002 a 2016, há uma tendência de redução do tempo médio em que a Procuradoria-Geral da República (PGR) fica com os processos após pedir vista. Nas ações penais, com exceção de 2006 e 2013, em que houve picos de tempo que a Procuradoria ficou com o processos após pedir vista, a média de tempo da PGR nunca passou de 20 dias - foram 19 dias em 2016.

Em relação aos inquéritos, desde 2012 o tempo médio dos pedidos de vista, quando chegaram a durar 67 dias, vem caindo, chegando a 32 dias em 2016. “Aparentemente, a PGR tornou-se mais rápida”, afirma a pesquisa.

**CONTINUA**

20 MAR 2017

## FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

**INSTÂNCIAS**— A discrepância entre os números da Lava Jato no STF e na primeira instância com o juiz federal Sérgio Moro, em Curitiba, berço da operação, ajudam a explicar a descrença de juristas e outros operadores do Direito com as perspectivas de um desfecho dos processos no Supremo em tempo hábil. Desde 2014, ano em que a operação começou, até agora, Moro já proferiu 26 sentenças contra 89 pessoas.

No STF, a operação começou a partir de 2015, com a primeira lista de Janot com base nas delações premiadas do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef. Desde então, foram 20 denúncias apresentadas ao STF, das quais sete foram aceitas. Destas, duas eram denúncias contra o então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que foi cassado em setembro de 2016 e seus processos foram remetidos às instâncias inferiores.

Em relação às operações policiais, somente o juiz Sérgio Moro autorizou 38 etapas da Lava Jato, com buscas e apreensões, quebras de sigilo, prisões preventivas e até bloqueio de bens dos investigados. No Supremo, desde 2015, foram autorizadas seis operações policiais a pedido do procurador-geral da República envolvendo investigados com foro privilegiado: três em 2015; duas em 2016; e uma neste ano.

20 MAR 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Nas redes sociais, Moro agradece carinho

### Em vídeo nas redes sociais, Moro agradece manifestações de carinho

São Paulo - Em um vídeo postado nas redes sociais, o juiz Sérgio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato em Curitiba (PR), agradeceu às "manifestações de carinho" e disse que a investigação tem o apoio da "grande maioria, talvez a totalidade da população".

O depoimento foi publicado no domingo, 19, na página do Facebook "Eu MORO com ele", criada pela mulher de Moro, Rosângela Wolff Moro, para receber manifestações de solidariedade ao juiz. "A página ajudou em um momento muito tenso para que nós realizássemos essa travessia, sabendo que nós contávamos com o apoio da grande maioria, talvez a totalidade da população para esses trabalhos que vêm sendo realizados na assim chamada Operação Lava Jato", disse. "A página está completando um ano, continua recebendo essas manifestações de carinho e eu tenho somente que agradecer a todos vocês", concluiu.

Na semana em que a página foi criada, em 2016, Moro passou de "herói" - exaltado em cartazes e gritos de guerra durante manifestações espalhadas pelo país a favor do impeachment de Dilma Rousseff - a alvo de polêmica, após ter suspenso o sigilo de conversas telefônicas do ex-presidente Lula interceptadas pela Polícia Federal, que atingiram Dilma.

Na época, o então ministro do STF e relator da Lava Jato Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo no início do ano, determinou que Moro encaminhasse todas as investigações envolvendo o ex-presidente para o tribunal e decretou sigilo nas interceptações telefônicas envolvendo o petista.

20 MAR 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CLAUDIO HUMBERTO

### **Mordomia do carro oficial desafia os brasileiros**

“Instituição nacional” brega e cara, carro oficial de autoridades dos três Poderes, em todos os níveis, da Presidência da República ao município mais pobre, continua desafiando a paciência do contribuinte brasileiro. Os gastos são absurdos e sem controle. E com suspeita de fraude. Em janeiro, mesmo com o Congresso fechado, sob recesso, sua frota foi 222 vezes a postos de Brasília, adquirindo 5,9 mil litros de combustível.

### **Ninguém abre mão**

Gastos do Executivo e do Judiciário com carros oficiais são uma caixa preta. Em vez de extinguir, as autoridades sofisticaram a mordomia.

### **Ninguém merece**

Só na compra e manutenção de carros oficiais, o governo federal torrou R\$1,6 bilhão em 2016. Aí não estão incluídos motoristas e combustível.

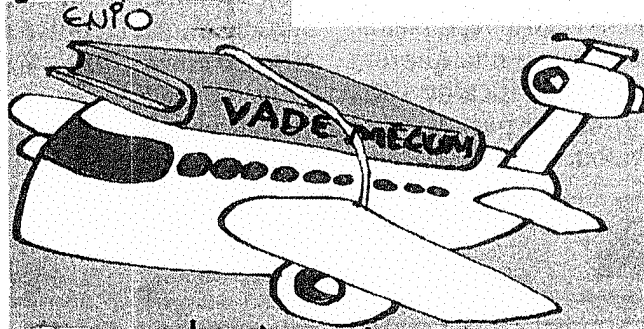
### **Placas secretas**

Foi criada no governo Dilma, em segredo, uma “placa de segurança”, cinza, para ser usada no lugar das placas legais, brancas e pretas.

### **Cadastro sigiloso**

Adotadas até no Judiciário, “placas de segurança” não estão inscritas no Renavam. Suas excelências cansaram de ser xingadas nas ruas.

### **PODER SEM PUDOR**



### **Porqueira de advogado**

Em conferência no IX Congresso Brasiliense de Direito Constitucional, anos atrás, a ministra Cármen Lúcia, que atualmente preside o Supremo Tribunal Federal, defendia a Federação e culturas regionais quando, bem humorada, lembrou de um ex-aluno que queria ser advogado para ganhar dinheiro e conhecer Miami. E exclamou, bem humorada:

- O porqueira não conhece Mariana e queria ir para Miami!

Arrancou risadas das seiscentas pessoas da plateia.



20 MAR 2017

## FOLHA DE LONDRINA

JOÃO BADARI

# O ICMS fora da base de cálculo do PIS e da Cofins

O plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que o governo federal não pode incluir o ICMS na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. O PIS e a Cofins são contribuições realizadas por empresas com a finalidade de ajudar a financiar a Previdência Social e o seguro-desemprego.

O placar final foi de seis votos a quatro a favor do recurso. Por maioria de votos, o Plenário acolheu a orientação da relatora do caso, ministra Cármen Lúcia, e votou pela desvinculação do ICMS do PIS e da Cofins. O resultado é uma derrota importante para o governo federal, que perderá R\$ 20 bilhões por ano.

Os argumentos da Advocacia Geral da União, contrários ao pedido, foram o impacto econômico com as ações judiciais e a futura perda de arrecadação gerada pela cobrança, considerada agora como inconstitucional.

Para os empresários, isso reflete em menores custos e com isso maior produção. E para o consumidor o custo de aquisição do produto deverá cair.

Estima-se pelo menos 10 mil processos suspensos no País atualmente aguardando a decisão do Supremo, onde os ministros que votaram pela desvinculação do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins avaliaram que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços não compõe o faturamento ou a receita bruta das empresas.

Embora seja um imposto, o ICMS é repassado diretamente pelas empresas ao consumidor, destacado inclusive na nota fiscal. Por isso, representa uma entrada de dinheiro para as empresas.

O entendimento adotado foi de que o valor correspondente ao ICMS, que deve ser repassa-

do ao Fisco estadual, não integra o patrimônio do contribuinte, não representando nem faturamento e nem receita, mas simples circulação de caixa.

O PIS e a Cofins são tributos arrecadados pelo governo federal com base no faturamento bruto das empresas. Servem para pagar o abono salarial, seguro desemprego (PIS) e para custear serviços como saúde e seguridade social (Cofins).

Ao vender qualquer produto, as empresas pagam o ICMS (cobrado pelos estados) e transferem o valor para o consumidor. Por isso, o tributo aparece no balanço das empresas como uma receita.

O Supremo decidiu que essa parcela do "lucro" das empresas não entra no conceito de "receita bruta", para fins de cálculo do valor devido de PIS e Cofins.

O tema da mudança na base de cálculo do PIS e da Cofins estava em discussão no STF há cerca de 20 anos, com reiterados pedidos de vistas pelos julgadores. A decisão privilegia todo o setor industrial brasileiro, com custos mais competitivos aos fornecedores, trazendo com isso reflexo aos consumidores com a diminuição dos preços finais.

Assim, os empresários poderão ingressar com ações judiciais requerendo a devolução dos valores pagos nos últimos 60 meses.

Entretanto, o prazo para ingressar na Justiça para restituir os valores é curto, pois o Supremo deverá anunciar nas próximas semanas a modulação da decisão, que não deverá ser retroativa. Ou seja, quem não entrar na Justiça nos próximos dias corre o risco de perder o direito do resgate desses valores.

**“ A decisão privilegia todo o setor industrial brasileiro, com custos mais competitivos aos fornecedores, trazendo com isso reflexo aos consumidores com a diminuição dos preços finais ”**

JOÃO BADARI é sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados

# FOLHA DE LONDRINA

## A podridão posta à mesa

**N**o mesmo dia em que completaram-se três anos da maior investigação já realizada no País para desvendar a jato complexos esquemas de corrupção na Petrobrás e outras esferas do meio político, os brasileiros se depararam com mais um escândalo igualmente intragável e mal cheiroso: o da venda de carne podre por frigoríficos no Paraná e em mais seis estados. A Operação Carne Fraca, deflagrada nesta sexta-feira (17) pela Polícia Federal, apura o envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em um esquema de liberação de licenças e fiscalização irregular de frigoríficos. Ao menos duas ordens de prisão foram cumpridas em Londrina, e três em Curitiba. Só no Paraná, quatro frigoríficos estão sendo investigados: Mastercarne, Souza Ramos, Peccin e Larissa. Mas a operação também envolve gigantes do setor, como a BRF Brasil, dona da Sadia e da Perdigão, e JBS, que controla as marcas Friboi e Seara. Em síntese, os fiscais são acusados de receber propina para fazer vistas grossas às fraudes praticadas pelas empresas, como a fabricação de alimentos adulterados e comercialização de carne vencida, emitindo certificados sanitários sem qualquer fiscalização. Responsável pela ação que deflagrou a operação, o juiz federal Marcos Josegri da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, definiu o envolvimento de fiscais do Mapa nos esquemas como estarrecedor, por, segundo ele, traírem "reiteradamente a obrigação de efetivamente servir à coletividade". É de estarrecer também o nível das falcatruas praticadas pelos frigoríficos investigados. Segundo o conteúdo das gravações interceptadas pela PF, usavam desde produtos químicos para mascarar o mau cheiro dos alimentos até inserção de papelão em lotes de frango e carne de cabeça de porco em linguiça. A polícia ainda apura o envolvimento de PP e PMDB no esquema, o que elevaria a investigação a outros patamares. A queda das ações das empresas sob suspeita foi o primeiro reflexo imediato da operação. É preciso mais. Fica agora o desejo da sociedade de ver todos os envolvidos punidos com o devido rigor.

18 MAR 2017

19 MAR 2017

18 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA 19 MAR 2017

# Relação de Serraglio com fiscal preocupa o Planalto

## Temor é que revelação de que ministro da Justiça teria intimidade com líder da Operação Carne Fraca possa gerar novas investigações

Folhapress

**Brasília** – A presença do ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB), em grampo da Operação Carne Fraca criou o receio na equipe do presidente Michel Temer de que essa seja uma espécie de prévia de futuras denúncias contra o peemedebista.

Mesmo que a Polícia Federal não veja indícios de ilegalidade na conduta do ministro no episódio em questão, a preocupação é que a revelação de que ele teria um grau de intimidade com o fiscal Daniel Gonçalves Filho, considerado o “líder da organização criminosa”, possa desencadear novas investigações.

Nas palavras de um assessor presidencial, o desgaste na imagem pública do peemedebista será ampliado caso o grampo seja apenas “a ponta de um novelo”.

Na ligação grampeada, feita em fevereiro de 2016, o ministro, na época deputado federal pelo Paraná, chama o fiscal de “grande chefe” e pede informações sobre o frigorífico Larissa, de Iporã (PR), de propriedade de Paulo Rogério Sposito, que foi candidato a deputado fede-

ral em São Paulo pelo PPS em 2010.

O fiscal agropecuário foi superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná entre 2007 e 2016 e, segundo a PF, chefiava esquema que permitia o recebimento de propina em troca de vistas grossas na fiscalização de frigoríficos.

As suspeitas sobre Serraglio ocorrem no momento em que seis ministros do governo peemedebista, o que representa um quarto da Esplanada dos Ministérios, são alvos de pedidos de abertura de inquérito pela Procuradoria-Geral da República no rastro da Operação Lava Jato.

Em nota, o Ministério da Justiça afirmou que não há nenhum indício de ilegalidade na conversa gravada de Serraglio e que o grampo é um exemplo de que o ministro não interfere na PF.

### BLAIRO MAGGI

O secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Eumar Novacki, disse nesta sexta-feira, 17, que o governo determinou o afastamento de 33 servidores envolvidos em um esquema investigado pela Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polí-

cia Federal. As investigações mostram suspeitas de pagamento de propinas de frigoríficos a fiscais agropecuários federais. O afastamento foi determinado pelo ministro Blairo Maggi.

O governo vai instaurar procedimentos para apurar a conduta desses servidores. Segundo Novacki, alguns procedimentos já haviam sido abertos no passado, sobre o mesmo tema, mas ainda não foram concluídos. “Daremos todo suporte à Polícia Federal na busca de informações. Queremos acabar com qualquer situação de desvios no ministério”, afirmou.

Novacki disse ainda que os servidores afastados não representam a maioria do ministério, que conta com 11 mil funcionários, dos quais 2,3 mil trabalham na área de fiscalização. “Isso não representa de forma alguma a postura dos servidores de ministério, que, em sua grande maioria, são de boa índole.”

**CONTINUA**

18 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA 19 MAR 2017

## CONTINUAÇÃO

Três empresas já tiveram suas atividades suspensas nos municípios: uma unidade da BRF em Mineiros (BRF) e duas da Peccin, em Jaraguá do Sul e Curitiba. O secretário-executivo disse ainda que as suspeitas recaem sobre 21 estabelecimentos e 4 grupos empresariais,

enquanto o universo de empresas fiscalizadas pelo ministério chega perto de 5 mil. "Não é um fato cotidiano. São fatos isolados, que não representam de modo algum a postura do ministério", disse.

Novacki afirmou que a pasta está indignada e contrariada com as revelações da Operação Carne Fraca. "Situações como essa causam um dano à imagem", afirmou.

# Propina irrigava contas do PMDB e PP, diz PF

**São Paulo** – As propinas pagas a fiscais do Ministério da Agricultura para afrouxar a fiscalização em frigoríficos abasteceram o PMDB e o PP, segundo a Polícia Federal, que deflagrou nesta sexta-feira, 17, a Operação Carne Fraca.

"Dentro da investigação ficava bem claro que uma parte do dinheiro da propina era, sim, revertido para partido político. Caracteristicamente, já foi falado ao longo da investigação dois partidos que ficavam claro: o PP e o PMDB", afirmou o delegado federal Maurício Moscardi Grillo. Ele não revelou nomes de políticos supostamente beneficiários. A PF também não informou por que a propina era paga a políticos, se por indicações ou outros motivos.

"O período da investigação é o período que eu posso dizer, ao longo de dois anos de investigação isso era mais claro para a gente. Não sei se eventualmente um esquema ligado a parti-

dos ocorria há mais tempo e também não ficava caracterizado para a gente para qual político especificamente ia todo esse dinheiro", afirmou Grillo. O delegado disse que o valor é alto, mas, até o momento, não se sabe quanto.

Os dois partidos divulgaram nota para informar que desconhecem o teor da investigação. O PMDB disse não autorizar ninguém a falar em nome do partido. O PP disse que apoia "minuciosa investigação e o rápido esclarecimento dos fatos".

## CPI

Enquanto o mundo político toma conhecimento dos detalhes do esquema revelado pela Operação Carne Fraca, cresce o coro na Câmara dos Deputados para criação de uma CPI que investigue irregularidades na fiscalização fitossanitária no País. Os deputados Ivan Valente (PSOL-SP), Júlio Delgado (PSB-MG) e Carlos Zarrattini (PT-SP) anunciaram

nesta sexta-feira, 17, que vão começar a coletar as 171 assinaturas necessárias para a criação de uma CPI na Câmara. "Mais esse escândalo precisa de apuração, talvez com a criação de uma CPI para a gente acompanhar isso", defendeu Delgado.

Valente também pretende entrar com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB), flagrado em conversa com o fiscal agropecuário Daniel Gonçalves.

O fiscal é apontado pela Operação Carne Fraca como "líder da organização criminosa". No diálogo interceptado, Serraglio se refere a Gonçalves como "o grande chefe". "Ele (Serraglio) intercedeu por uma pessoa que ele chamou de grande chefe", comentou Valente. Para o deputado, é grave o atual chefe da Polícia Federal ter demonstrado "intimidade" com o suposto líder da organização criminosa.

# Londrinenses têm prisões decretadas na 'Carne Fraca'

Servidores do Mapa na cidade estão entre os acusados da maior operação já realizada pela Polícia Federal

19 MAR 2017

Magaléa Mazziotti

Reportagem Local

**D**ois servidores do escritório do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (Mapa) em Londrina estão entre os 38 presos ou com mandados de prisão decretados na Operação Carne Fraca, deflagrada nesta sexta-feira (17) pela Polícia Federal. São eles: Juarez José de Santana e Luiz Carlos Zanon Júnior. Considerada a maior já realizada pela PF, a operação envolveu 1.100 policiais em seis Estados: Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e no Distrito Federal.

As investigações tiveram início entre fevereiro e março de 2015 com objetivo de desarticular uma organização criminosa liderada por fiscais agropecuários federais e empresários da agroindústria. Foram detectadas irregularidades em todas as 40 empresas investigadas. Elas subornavam os fiscais que faziam "vistas grossas" nas inspeções realizadas pelo Mapa.

Entre os alvos da operação, estão executivos de alguns dos maiores frigoríficos do País, como BRF e JBS. "A verdade é que essas empresas não prezam pela qualidade efetiva da carne ou do alimento que vem para a sociedade", lamentou o delegado da PF, Maurício Moscardi Grillo, um dos responsáveis pela Operação Carne Fraca, durante entrevista coletiva, em Curitiba.

Segundo ele, os agentes públicos usavam seu poder fiscalizatório para facilitar a produção de alimentos adulterados, emitindo certificados sanitários sem qualquer análise efetiva. Das diversas maneiras de burlar a legislação, há casos graves, como usar ácido ascórbico e outras substâncias químicas para "maquiar" a aparência e o cheiro de carnes estragadas.

Até mesmo a merenda escolar comprada pelo governo do Paraná sofreu adulteração: não apresentava o percentual de proteína animal contratado. Era misturada a fécula de mandioca ou proteína de soja. "A fécula de mandioca e a proteína da soja são muito mais baratas do que a carne e, na análise pericial do Mapa,

saía que o produto tinha a quantidade suficiente de proteína, mas não era proteína da carne", exemplificou o delegado.

A Justiça Federal no Paraná expediu 309 mandados judiciais, sendo 27 de prisão preventiva, 11 de prisão temporária, 77 de condução coercitiva e 194 de busca e apreensão, em residências e locais de trabalho dos investigados e em empresas supostamente ligadas ao grupo criminoso.

Segundo a PF, o líder do esquema era o fiscal Daniel Gonçalves Filho, que foi superintendente do escritório do Mapa no Paraná entre 2007 e 2016. Ele atuava em parceria com pelo menos outros oito servidores do órgão, além de Flávio Evers Cassou, atual executivo da Seara Alimentos, ligada à JBS, que também atuou como fiscal agropecuário entre 2009 e 2014.

**CONTINUA**

18 MAR 2017

# FOLHA DE LONDRINA 19 MAR 2017

## CONTINUAÇÃO

Em seu despacho, o juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, explicou que as investigações foram motivadas por irregularidades denunciadas por um fiscal agropecuário federal da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Paraná. No depoimento à PF, esse fiscal afirmou que o frigorífico Peccin, com sede em Curitiba, adulterava carne estragada com ácido ascórbico e comprava notas fiscais falsas de produtos com Serviço de Inspeção Federal (SIF) para comercializá-las. Após deflagrada a operação, o Mapa mandou interditar duas unidades do Peccin, de Jaraguá do Sul (SC) e de Curitiba.

### MERENDA

Sobre a merenda escolar, a assessoria da Secretaria de Estado da Educação (Seed) informa em nota que "o Estado faz um rigoroso controle de qualidade de todos os itens da merenda". E explica que, em caso de inconformidade, o produto é substituído. Sobre eventuais fornecedores que não entregam o produto em conformidade, a Seed garante que suspende os contratos com eles e os impede de contratar novamente com o Estado.

A reportagem não conseguiu contatar os acusados, nem seus advogados (com Folhapress).

## Frigoríficos negam irregularidades

Folhapress

Empresas investigadas na operação "Carne Fraca" negam irregularidades. A JBS, por meio de sua assessoria, afirma em nota que a empresa "e suas subsidiárias atuam em absoluto cumprimento de todas as normas regulatórias em relação à produção e a comercialização de alimentos no país e no exterior e apoia as ações que visam punir o descumprimento de tais normas". "A Companhia repudia veementemente qualquer adoção de práticas relacionadas à adulteração de produtos - seja na produção e/ou comercialização - e se mantém à disposição das autoridades com o melhor interesse em contribuir com o esclarecimento dos fatos", diz a nota.

A BRF diz, por meio de comunicado, que está colaborando com as autoridades. Ela afirma não compactuar com práticas ilícitas e que seus produtos e a comercialização deles seguem "rigorosos processos e controles" "A BRF assegura a qualidade e a seguran-

ça de seus produtos e garante que não há nenhum risco para seus consumidores", afirma a empresa.

Em nota, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, afirma que determinou o afastamento imediato de todos os envolvidos e a instauração de procedimentos administrativos.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) afirmou que todos os produtos exportados pelo país são fiscalizados por técnicos nacionais e estrangeiros. "O Brasil é reconhecido internacionalmente pela qualidade e status sanitário de seus produtos, que são auditados não apenas pelos órgãos brasileiros como também por técnicos sanitários dos mais de 160 países para os quais exporta", diz em nota. A entidade ainda afirma que eventuais falhas são exceções. "São questões pontuais, que não refletem todo o trabalho desenvolvido pelas empresas brasileiras durante décadas de pesquisas e investimentos, para ofertar produtos de alta qualidade."

CONTINUA

19 MAR 2017

18 MAR 2017

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Presidentes  
de sindicatos  
depõem

Fábio Galiotto  
Reportagem Local

### Rede de fast food é usada para lavar dinheiro

Aline Parodi  
Reportagem Local

O chefe da Unidade Técnica Regional de Agricultura de Londrina, Juarez José de Santana, é suspeito de lavar dinheiro por meio da rede de fast food Subway. O funcionário público teve o mandado de prisão preventiva emitido pelo juiz Marco Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba.

Em seu despacho, o magistrado cita que Santana apresenta “acréscimo patrimonial incompatível com seus regulares vencimentos de funcionário público, sendo que parte desse patrimônio consiste em pontos comerciais em shoppings, e franquias de alimentação Subway em Londrina, tudo formalmente vinculado aos nomes de familiares.

O juiz concedeu mandado de prisão temporária para Marina Bertaglia de Santana e de condução coercitiva para Ga-

briela Bertaglia de Santana e Natalia Bertaglia de Santana. O empresário André Jansen de Mello de Santana, dono da Smartmeal Comércio de Alimentos, uma franquia da Subway, do centro de Londrina, também teve mandado de condução coercitiva. A FOLHA procurou os envolvidos, mas até o fechamento da edição não conseguiu contato.

A Subway informou, por meio da assessoria de imprensa, que Juarez José Santana não é operador ou proprietário de uma franquia da rede, que colaborou com a Polícia Federal na investigação e que não é alvo da investigação. “A empresa é criteriosa na seleção de franqueados e fornecedores e avalia regularmente o desempenho dos proprietários. Além disso, realiza auditorias constantes na cadeia de abastecimento para ajudar a garantir a qualidade dos produtos, alimentos e serviços aos clientes”, diz a nota.

A Justiça Federal em Curitiba determinou busca e apreensão na residência e condução coercitiva para depoimento à Polícia Federal (PF) de Domingos Martins, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), e de Péricles Pessoa Salazar, presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná (Sindicarne). A FOLHA tentou contato com ambos, que não atenderam ou responderam recados deixados na caixa postal do celular.

Na decisão da 14ª Vara Federal de Curitiba, Martins é citado por ser sócio Sebastião Machado Ferreira, que também é agente de inspeção sanitária em Londrina, da empresa Frango a Gosto. A maioria das transcrições são de conversas de Ferreira com outros fiscais. Sobre Martins, há um telefonema dele com Juarez José de Santana, chefe dos fiscais em Londrina, que pede uma caixa de coxa e sobrecoxa e uma de filé de peito para o mesmo dia. Martins concorda e justifica que os frangos estão pequenos.

Já Salazar é apontado como presidente do Sindicarne e “também parece ser um dos advogados da empresa BRF, pois manteve contato com o lobista daquela empresa e também investigado Roney, tratando de assuntos jurídicos da BRF”, conforme a decisão. Em um diálogo entre Roney Nogueira Dos Santos, gerente de Relações Institucionais da BRF, e Salazar, ambos conversam sobre a pressão que a BRF sofria de outra fiscal, para a produção de um documento falso.

**18 MAR 2017**

**19 MAR 2017**

## **FOLHA DE LONDRINA**

**OSWALDO MILITÃO**

### **Justiça manda reintegrar empregada da Cohab local**

Considerando que a demissão da empregada Rosária Manfrinato foi imotivadamente determinada, a Justiça do Trabalho determinou que a mulher fosse reintegrada ao emprego e funções, na Companhia de Habitação de Londrina, por meio de ação patrocinada pela advogada Maria Zélia de Oliveira e Oliveira. A Cohab tem 15 dias para que o retorno da empregada seja feito, sob pena de pagamento de multa diária de R\$100. Além disso, terá que pagar os salários de todo o período em que a empregada ficou sem trabalhar, em razão de ser demitida de maneira injusta. Entendeu o Tribunal Regional do Trabalho que empresa constituída como sociedade de economia mista não pode dispensar seus colaboradores sem motivação.



18 MAR 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça Federal manda mulher de Cabral para prisão domiciliar

Juiz entendeu que filhos do casal teriam a criação comprometida caso ficassem longe da mãe

**Gerente de joalheira  
que virou delatora disse  
que desde 2014 vendeu  
joias no valor de  
R\$ 6 milhões ao casal**

LUCAS VETTORAZZO  
DO RIO

A Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou nesta sexta-feira (17) que a advogada Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), seja encaminhada para prisão domiciliar.

Adriana teve a prisão preventiva decretada em 6 de dezembro do ano passado, no âmbito da operação Calicute, desdobramento da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro que levou à cadeia o ex-governador.

A decisão foi tomada na tarde desta sexta-feira (17) pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal Federal, que atendeu a pedido da defesa.

Adriana poderá ficar em casa, desde que sem celular e internet.

Ela terá direito à visita dos advogados constituídos no processo e parentes de até terceiro grau. Todas as visitas precisarão ser registradas.

O juiz entendeu que os filhos pequenos do casal, de 10 e 14 anos, teriam criação comprometida longe da mãe.

Bretas já havia negado o mesmo pedido, quando da prisão da advogada, em dezembro. Argumentou à época que o tempo em que ela passaria longe dos filhos se assemelharia a uma das viagens que o casal costumava fazer ao exterior.

Atualmente, a advogada se encontra no Complexo Penitenciário de Bangu. A previsão é que ela vá para o apartamento da família, no Leblon, zona sul, no fim da próxima semana.

Antes, a Justiça fará uma vistoria para ver se o imóvel tem como atender as restrições impostas pela Justiça Federal.

Segundo as investigações, Adriana faria parte de suposto esquema de desvios de dinheiro e propina em obras no Estado do Rio, cujo líder seria o ex-governador.

Segundo o Ministério Público Federal, Adriana teria lavado dinheiro por meio da compra de R\$ 6,5 milhões em joias entre 2007 e 2016.

Ela é acusada ainda de utilizar sua firma de advocacia para simular contratos de serviços nunca prestados para encobrir propinas atribuídas ao marido.

### TESTEMUNHA

Réus em processos na justiça federal, Cabral e Adriana não foram julgados pelos crimes que lhes são atribuídos, entre eles corrupção e lavagem de dinheiro.

Nesta sexta, Bretas ouviu testemunhas de acusação no processo. Entre eles a gerente comercial da joalheria H.Stern, Maria Luiza Troita.

Ela disse que desde 2014 vendeu joias no valor de R\$ 6 milhões ao casal, parte das quais sem nota fiscal e a maior parte em dinheiro vivo.

A gerente afirmou que teria recebido pagamentos inclusive em uma conta aberta na Alemanha.

Maria Luiza já havia prestado depoimento à Operação Lava Jato, mas nesta sexta testemunhou na condição de delatora.

Ela firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal um dia antes da oitiva.

**CONTINUA**

18 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO  
CONTINUAÇÃO

**OUTROLADO**

O advogado de Adriana Ancelmo, Alexandre Lopes, afirmou que sua cliente, na condição de advogada bem sucedida, tinha rendimentos que lhe permitiam adquirir joias e manter o alto padrão de vida revelado nas investigações.

Ele negou as acusações que constam do depoimento da funcionária da joalheria e criticou a inclusão da gerente como delatora.

“Ela está dizendo qualquer coisa para evitar a prisão. Se ela vendeu joias sem nota fiscal, ela e a empresa estão cometendo crime. Esses depoimentos tem que ser vistos com reserva. A Adriana tinha uma atividade lícita e bem remunerada”, argumentou Lopes.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa do ex-governador.

18 MAR 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Operação da PF leva fiscais à prisão e atinge imagem de gigantes da carne

Polícia diz que frigoríficos pagavam propina a funcionários para liberar produtos estragados

**Donos das marcas Friboi, Seara, Sadia e Perdigão negam ter praticado corrupção e dizem cumprir normas**

**ESTELITA HASS CARAZZAI**  
DE CURITIBA  
**BELA MEGALE**  
**CAMILA MATTOSO**  
DE BRASÍLIA

Uma operação deflagrada pela Polícia Federal nesta sexta-feira (17) atingiu a imagem dos maiores frigoríficos do país e levantou suspeitas de que eles pagaram propina a fiscais do Ministério da Agricultura para liberar produtos estragados e com certificados sanitários adulterados.

A investigação tem como alvo 32 empresas, incluindo a JBS, dona das marcas Friboi, Seara e Big Frango, e a BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão. Dois executivos da BRF e um funcionário da JBS foram presos pela polícia.

Foram levados à prisão, em caráter preventivo e temporário, 19 fiscais que faziam parte da organização criminosa identificada pela PF. O Ministério da Agricultura disse que interditou unidades de três

**NA MIRA DA POLÍCIA**

**19**

fiscais do Ministério da Agricultura foram presos

**11**

executivos e donos de frigoríficos também

empresas investigadas e disse que afastou 33 servidores envolvidos com o esquema.

Segundo os investigadores, os fiscais liberaram em alguns casos até a venda de carne estragada, disfarçada com ácido sórbico, um conservante potencialmente cancerígeno), a reembalagem de produtos vencidos e o uso de cabeça de porco e até papelão na produção de embutidos.

A PF afirma que os frigoríficos exerciam influência no ministério para escolher os servidores que ficariam responsáveis pela fiscalização de suas unidades. Executivos da BRF tinham acesso inclusive a uma senha para entrar no sistema interno dos processos administrativos do órgão, de acordo com a polícia.

“Parece realismo mágico. Infelizmente, não é”, diz o juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal do Paraná, que determinou as prisões.

O líder do esquema, segundo a PF, era o fiscal Daniel Gonçalves Filho, que foi superintendente do escritório do Ministério da Agricultura no Paraná entre 2007 e 2016.

“Dedo”, “luva” e “documento” eram alguns dos termos usados pelos fiscais para falar de propina em conversas telefônicas grampeadas pela PF. Peças de picanha, frango, ração para animais e botas foram distribuídas a fiscais, disse a polícia.

O ministro da Justiça, Oscar Serraglio, foi citado na investigação. Ele aparece numa conversa interceptada pela operação conversando com o suposto líder do esquema criminoso, chamando-o de “grande chefe”. A PF, porém, não encontrou indícios de ilegalidade na conduta do ministro, que não é investigado.

O delegado Maurício Moscardi Grillo afirmou também que o esquema repassou recursos para o PMDB e o PP, mas não apresentou evidências nem detalhes sobre as transferências de recursos.

18 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Suspeita sobre merenda escolar deu início à operação

Salsicha prometida aos alunos como de peru era feita de proteína de soja, diz PF

**Segundo a Polícia Federal, frigoríficos conseguiram transferir fiscais que não davam alívio em fiscalização**

A carne adulterada chegou até mesmo a merenda escolar de estudantes da rede estadual do Paraná, de acordo com a investigação da PF.

Os estudantes comeram, ainda segunda a operação da Polícia Federal, salsicha de peru, na prática, sem carne, substituída por proteína de soja ou fécula de mandioca.

Esse contrato deu início às investigações da PF, após suspeitas terem sido encaminhadas por um servidor do Ministério da Agricultura.

Ao longo de dois anos de apuração, a PF afirma ter encontrada em gôndolas de supermercados carnes adulteradas, com prazo de validade vencido e maquiadas com produtos proibidos por lei.

A investigação policial aponta que a liberação da carne adulterada foi feita por fiscais do Ministério da Agricultura que recebiam propina dos frigoríficos para afrouxar a fiscalização.

Produtos vencidos e estragados eram tratados com um tipo de ácido, sempre segundo a Polícia Federal.

“Inúmeras crianças de escolas públicas estaduais do Paraná estão se alimentando de merendas compostas por produtos vencidos, estragado”, escreveu o delegado Maurício Moscardi Grillo.

## INTERDIÇÃO

Ainda nesta sexta (17), o Ministério da Agricultura interditiou três unidades investigadas na operação: um frigorífico da BRF em Mineiros (GO), suspeito de exportar carne com salmonela à Europa, e duas unidades de embutidos da Peccin Agroindustrial, em Jaraguá do Sul (SC) e Curitiba (PR).

A maior parte dos frigoríficos, segundo a PF, atuava de forma ativa para se beneficiar do esquema de corrupção.

“Não havia extorsão, mas sim benefício”, disse Moscardi Grillo. “Os empresários incentivavam e articulavam vantagens para a empresa, de forma a burlar a lei. Eram corruptores, e não extorquidos.”

Por meio do pagamento de propinas, diz a Polícia Federal, os frigoríficos conseguiram a transferência de fiscais considerados “capetas”, que não aliviavam a fiscalização.

O dinheiro dado aos fiscais, aponta a Operação Carne Fraca, era entregue dentro de isopores, por transferências bancárias em nome

de terceiros ou até em picanhas e outras carnes nobres.

O Ministério da Agricultura informou que afastou 33 servidores que estariam envolvidos na operação —quatro exerciam cargos de confiança e foram exonerados.

O secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Emar Novacki, afirmou que, proporcionalmente, há poucos servidores investigados. Entre 5.000 SIFs (Serviços de Inspeção Federal), 21 estariam sob investigação.

“São 33 servidores em um universo de 11 mil, 2.300 diretamente na área de inspeção”, disse. “Eles não representam de modo algum a posição do Ministério da Agricultura. Não é um fato cotidiano, são fatos isolados.”

Novacki afirmou ainda que a pasta está realizando mudanças para deixar a fiscalização mais rigorosa. (ESTELITA HASS CARAZZAI E MAELI PRADO)

**CONTINUA**

## Ministro da Justiça chama fiscal de 'grande chefe'

A presença do ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB), em grampo da Operação Carne Fraca criou o receio na equipe do presidente Michel Temer de que essa seja uma espécie de prévia de futuras denúncias contra o peemedebista.

Mesmo que a Polícia Federal não veja indícios de ilegalidade na conduta do ministro no episódio em questão, a preocupação é que a revelação de que ele teria um grau de intimidade com o fiscal Daniel Gonçalves Filho, considerado o "líder da organização criminosa", possa desencadear novas investigações.

Nas palavras de um assessor presidencial, o desgaste na imagem pública do peemedebista será ampliado caso o grampo seja apenas "a ponta de um novelo".

Na ligação grampeada, feita em fevereiro de 2016, o ministro, na época deputado federal pelo Paraná, chama o fiscal de "grande chefe" e pede informações sobre o frigorífico Larissa, de Iporã (PR), de propriedade de Paulo Rogério Sposito, que foi candidato a deputado federal em São Paulo pelo PPS em 2010.

O fiscal agropecuário foi superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná entre 2007 e 2016 e, segundo a PF, chefiava esquema que permitia o recebimento de propina em troca de vistas grossas na fiscalização de frigoríficos.

As suspeitas sobre Serraglio ocorrem no momento em que seis ministros do governo peemedebista, o que representa um quarto da Esplanada dos Ministérios, são alvos de pedidos de abertura de inquérito pela Procuradoria-Geral da República no rastro da Operação Lava Jato.

### OUTRO LADO

Em nota, o Ministério da Justiça afirmou que não há nenhum indício de ilegalidade na conversa gravada de Serraglio e que o grampo é um exemplo de que o ministro não interfere na PF.

### PMDB E PP

As propinas pagas a fiscais abasteceram o PMDB e o PP, de acordo com a PF.

"Uma parte dos valores era revertida para esses partidos", disse o delegado Maurício Moscardi Grillo.

A PF não sabe, porém, os motivos que levaram os fiscais a repartir parte dos valores que recebiam — se por indicações políticas ou outras razões. Também não foram identificados quem eram os políticos beneficiados. (GUSTAVO URIBE E RANIER BRAGON)

Colaborou ESTELITA HASS CARAZZAI,  
de Curitiba

18 MAR 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Ativismo judicial?

**OSCAR VILHENA VIEIRA**

**O Judiciário deve estar envolvido em responder às promessas criadas pela Constituição e a legislação**

**NAS ÚLTIMAS** semanas têm crescido as críticas, especialmente por parte de economistas, a um pretensão ativismo judicial de nossos magistrados. Minha impressão é que essas críticas estão muito mais associadas ao descontentamento com o conteúdo de determinadas decisões, que eventualmente desatendem determinados interesses do mercado, do que propriamente a uma análise mais detida sobre ter ou não o Judiciário avançando sobre esferas que não lhe foram atribuídas.

Duas são as posturas institucionais essenciais que pautam a conduta de distintos magistrados e cortes ao redor do mundo democrático, que têm sob sua responsabilidade interpretar cláusulas abertas da Constituição, como bem comum, dignidade, interesse público ou mesmo liberdade. A primeira é a deferência. A segunda, a responsividade.

A deferência é a postura institucional pela qual o Judiciário demonstra alto grau de respeito às decisões legislativas e administrativas, por entender que o sistema constitucional atribui prioridade às autoridades eleitas para realizar escolhas sobre as melhores políticas e mesmo sobre questões de princípio, que governarão a vida de toda a sociedade. A postura deferente é aquela que mais se concilia com uma democracia de caráter majoritário, na qual o grau de confiança do cidadão no seu representante é bastante grande. Não se deve confundir deferência com sua forma degenerada, que é a

omissão, que decorre da simples falta de autonomia das instituições jurídicas em face do poder.

A responsividade, por sua vez, está associada à ideia de que o Judiciário deve estar envolvido, ainda que subsidiariamente, na tarefa de responder às promessas criadas pela Constituição ou pela legislação. Essa postura, por sua vez, é mais comum em democracias consensuais, como a nossa. Assim, se a Constituição estabelece inúmeros direitos que os legisladores ou administradores se negam a implementar, não pode o Judiciário se omitir, contribuindo para fraudar a vontade constitucional. Da mesma forma, se a maioria eventual resolve atacar a minoria, não pode o Judiciário se abster. Isso não é ser ativista. O ativismo somente ocorre quando o magistrado se afasta daquilo que estabelece a Constituição para impor as suas próprias concepções de mundo aos jurisdicionados.

O que muitos parecem não compreender é que foi a Constituição de 1988, ao estabelecer um amplo e ambicioso conjunto de direitos e conferir ao Judiciário a responsabilidade última por protegê-los, quem determinou que o sistema de Justiça brasileiro assumisse uma postura mais responsiva.

Ao confundir responsividade com ativismo, os críticos parecem querer que os magistrados substituam os padrões normativos a que estão submetidos por uma racionalidade econômica, que entendem ser a

mais eficiente. Ocorre que nem sempre o correto juridicamente coincide com o que alguns consideram economicamente mais eficiente.

Estamos vivendo um claro momento de regressão constitucional. É natural que aqueles que possam oferecer alguma resistência às mudanças pretendidas sejam atacados. O mantra do ativismo judicial serve à tarefa, ainda que essa não seja a crítica mais coerente que se possa fazer ao Judiciário brasileiro.

18 MAR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Caixa dois deveria ser anistiado?

NÃO

### A negação da realidade

JÚLIO NORONHA E ROBERSON POZZOBO

O dicionário “Houaiss” define “instinto” como o “impulso interior que faz um animal executar inconscientemente atos adequados às necessidades de sobrevivência própria, da sua espécie ou da sua prole”. Não é pela (ou com) razão, mas por instinto de sobrevivência e autoproteção que boa parte da classe política brasileira se esforça para viabilizar a anistia do caixa dois.

Em defesa dessa prática afirma-se que ela não se confundiria com a corrupção; portanto, sendo recorrente há muito tempo, seria merecedora de perdão.

Menciona-se, ainda, que os valores recebidos por essa via teriam sido destinados às campanhas eleitorais, não ao enriquecimento pessoal, o que não seria tão grave.

Eles não poderiam estar mais enganados —ou não poderiam tentar nos enganar mais.

Corrupção é receber, em razão da função, ainda que antes de assumi-la, vantagem indevida. Não faz diferença alguma se a propina é designada como agrado, comissão, pixuleco, cafezinho ou “contribuição de campanha”.

Empresa que destina valores a candidato, esperando receber apoio espúrio aos seus interesses, não realiza doação eleitoral. As contribuições aos mais variados candidatos, vinculados aos mais variados partidos e

ideologias, revelam que não se trata de suporte a um programa de governo, mas, na verdade, de aposta em todos os que podem ganhar.

Procura-se agradar a todos os potenciais vencedores da eleição para que depois seja possível cobrar favores e garantir a manutenção da “regra do jogo”.

Há décadas o esquema vem funcionando assim: o empresário promete destinar vantagens indevidas a diferentes agentes públicos, integrantes da mesma engrenagem criminosa. Os funcionários públicos recebem propina para permitir, por fraude em licitação e cartel, que o empresário conquiste contratos.

Aos agentes políticos os repasses visam garantir que nomeiem e mantenham nos cargos públicos pessoas aderentes à negociata. Nesse contexto, ninguém quer receber às claras os valores pela ajuda ilícita.

Recorre-se aos operadores financeiros, verdadeiros lavadores profissionais de dinheiro, que viabilizam o pagamento por meio de contas no exterior, contratações de empresas de fachada e repasses de valores em espécie por meio do caixa dois.

Ainda que seja recorrente e fenômeno histórico, o caixa dois não perde a sua natureza. Os crimes não perdem a sua natureza quando são muito praticados ou encarados como “modelo reinante”. Consideran-

do que o Brasil é, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o país com o maior número absoluto de homicídios, seria também o caso de pensar em anistiar essa prática criminosa?

A prática do caixa dois atenta contra a democracia. Para a empreiteira que defrauda licitações públicas, o repasse de valores não é doação, mas investimento. Para o agente público que os recebe, é dívida que será paga com o exercício de suas funções, às custas da sociedade.

Além disso, omitir recursos recebidos em campanha política esconde o quão comprometido um político está com aqueles que financiaram seu projeto de poder. Você não gostaria de saber quando o jogo do time de coração é apitado por um juiz que “torce” para o adversário?

Não importa o nome, a recorrência ou o fim dado ao recurso indevido recebido por agente público. Caixa dois no Brasil está longe de ser diferente de corrupção, de ser um mero crime eleitoral ou um delito menor. Não importa a cor com que se queira pintar, não há simples ou inocente caixa dois. Pensar o contrário é negar a realidade.

JÚLIO NORONHA e ROBERSON POZZOBON são procuradores da República e integrantes da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal no Paraná

CONTINUA

18 MAR 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

SIM

## Desnudando o autoritarismo

**CESAR AUGUSTO V. REZENDE**

A anistia ao caixa dois eleitoral ganhou relevância após ser incluído no famigerado e arbitrário projeto de lei das dez medidas contra a corrupção. No Brasil, estar no lugar errado e na hora errada pode acabar em desgraça —foi o que aconteceu quando os parlamentares quiseram emendar o texto original dessa proposta de iniciativa popular, gestada nos gabinetes do Ministério Público Federal.

Não há ser humano honesto e santo, mas também não há ser humano que defenda a corrupção como modelo de administração.

Portanto, com essas duas premissas, a defesa incondicional das dez medidas, encabeçada por membros do MPF, não é obra de seres humanos honestos e santos. Bem como, em oposição, o questionamento delas também não será obra dos mais íntegros.

Ora, qual o mal em anistiar algo que nem sequer é crime pelas legislações atuais? Anistiar algo que não era crime soa tão absurdo que surpreende a posição de setores importantes do Judiciário, já que a nossa Constituição é suficientemente clara ao prescrever que não há crime sem prévia lei.

Na verdade, os políticos defensores da anistia ao caixa dois são os mesmos que anistiarão os empresários e cidadãos que cometeram

caixa dois remetendo ao exterior recursos não declarados.

A Lei de Repatriação baseia-se na mesma razão que agora guia as tentativas de anistia ao caixa dois de políticos e partidos políticos. No entanto, a repatriação vem sendo comemorada por juristas, governistas, oposicionistas e imprensa.

Qual a diferença entre atos imorais praticados por empresários e cidadãos e os desvios imorais de partidos e políticos em eleições? Honestamente, nenhuma.

Some-se a isso o fato de que a existência de “contabilidade paralela” para custear políticos e partidos em eleições é algo tão antigo que historiador algum é capaz de definir o início da prática.

A possibilidade de anistiar algo que não era prescrito em lei assusta setores conservadores, pois a metodologia empregada a perseguir o mal se revela ideológica.

O modo de agir desse setor é bem nítido: algo só é contrário às regras quando se refere ao adversário ideológico. Se políticos e partidos aliados se valem do caixa dois, ele não é mais crime.

Isto é, constatada a existência do dinheiro não contabilizado de partidos ou políticos da mesma linha ideológica, pede-se o arquivamento da investigação. No entanto, constatada a contabilidade parale-

la de partido político ou político de campo adverso, indaga-se a existência de crimes transversais.

O discurso de é ratificado pelo subprocurador da República, Nicolao Dino: “Nossa preocupação é com esses crimes correlatos (ao caixa dois, como lavagem de dinheiro e corrupção). A posição que se defende é que os crimes correlatos continuem a ser julgados de acordo com a legislação vigente à época em que eles ocorreram”.

A tipificação do crime de caixa dois acaba de desnudar a posição ideológica de parte do setor que defende as dez medidas contra a corrupção. Desnuda, da mesma forma, a possibilidade de políticos e partidos se protegerem da atuação ideológica de setores importantes da sociedade.

A certeza que fica é a clara e manifesta gritaria de grupos mais conservadores, apavorados em ver reveladas suas práticas arbitrárias.

Esses grupos acabam por estimular que se apliquem aos favoráveis à anistia a pecha de “corruptos e defensores de bandidos”, massificando e polarizando o debate com o intuito único de se protegerem das práticas bárbaras utilizadas para minar os adversários ideológicos.

CESAR AUGUSTO V. REZENDE é advogado, especializado em direito tributário pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)



# FOLHA DE S. PAULO

## Rio encosta no Paraná em número de presos

18 MAR 2017

Juiz Bretas repete Moro  
com prisões preventivas

FELIPE BÄCHTOLD  
DE SÃO PAULO

Com poucos meses de existência, o braço fluminense da Operação Lava Jato já se aproxima da investigação sob responsabilidade do juiz paranaense Sergio Moro em quantidade de suspeitos mantidos na prisão.

Estão detidos por ordem do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal do Rio, 19 pessoas. Na Lava Jato "original", no Paraná, são hoje 24 suspeitos em regime fechado, sendo que três dos réus permanecem na cadeia tanto por determinação de Moro quanto de Bretas, incluindo o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB).

Um dos presos notórios da Lava Jato fluminense é o ex-bilionário Eike Batista. Há ainda agentes públicos, como um agora ex-diretor da estatal RioTrilhos, detido nesta semana, e suspeitos de ser operadores, como Carlos Miranda, apontado como "homem da mala" de Cabral.

A exemplo do que aconteceu na frente principal da Lava Jato, a segunda instância no Rio também vem negando os pedidos de liberdade encaminhados pelas defesas.

Ainda não houve libertações devido a acordos de delação, como já aconteceu seguidamente no Paraná. Os casos envolvendo o Rio não foram avaliados pelas mais altas cortes do país.

A Lava Jato do Rio foi deflagrada em novembro, com a prisão de Cabral. Surgiu a

partir de delações firmadas no âmbito da operação de Curitiba, como o acordo de colaboração da Andrade Gutierrez, que relatava propina para o ex-governador.

Bretas também mantém presos suspeitos de casos relacionados à Lava Jato, como o almirante Othon Pinheiro da Silva, já condenado sob suspeita de desvios na estatal Eletro nuclear, apuração que inicialmente esteve com Moro.

Os mandados de prisão de Bretas usam argumentos parecidos com os de Moro, como o da necessidade de manter a "ordem pública", o que inclui o risco de crimes continuarem sendo cometidos. Na ordem de prisão de Cabral, o juiz do Rio afirmou que o rigor judicial tem "efeito educativo".

Advogados que atuam no caso o descrevem como ainda mais rigoroso do que o juiz paranaense.

As ordens de prisão preventiva de suspeitos de corrupção, a partir da deflagração da Lava Jato, que completa três anos na sexta (17), geraram muitas contestações no meio jurídico e dos advogados de defesa, que consideram antecipação de pena antes do julgamento e uma tentativa de forçar depoimentos de delação.

"Quando prestigiam prisão preventiva como aconteceu em Curitiba, pode motivar outros juizes a agir da mesma maneira. Só que nem por isso significa que seja a maneira legal", diz o advogado Roberto Pagliuso, que defende

o ex-secretário estadual Hudson Braga, preso no Rio.

Para o advogado Fábio Toffi Simantob, que preside o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, as prisões de Bretas "reproduzem o modelo de Curitiba, abusando das preventivas".

"É um quadro que preocupa pela repercussão e de como pode se multiplicar Brasil afora, em crimes que nada têm a ver com a Lava Jato, em uma vulgarização da prisão preventiva, em um país com problemas carcerários."

18 MAR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Odebrecht paga R\$ 30 mi em acordo por trabalho degradante

Investigação está relacionada a braço da empreiteira em Angola

DE SÃO PAULO

O MPT (Ministério Público do Trabalho) e o Grupo Odebrecht firmaram um acordo de R\$ 30 milhões para encerrar uma ação na qual a empresa era acusada de submeter trabalhadores a situação análoga à escravidão.

Segundo o inquérito, trabalhadores eram contratados na cidade de Américo Brasiliense (SP) e realizavam trabalho em situação degradante em Angola.

As obras nas quais os brasileiros era alocados pertenciam à Biocom (Companhia de Bioenergia de Angola), empresa angolana da qual eram sócios a Odebrecht Angola, a Sonangol Holdings, vinculada à estatal petrolífera de Angola, e a Damer Indústria S.A, companhia privada que tem como sócios dois generais e o vice-presidente do país, substituída pela Cochan S.A.

O acordo foi firmado no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Os valores serão pagos em 12 parcelas de R\$ 2,5 milhões. O dinheiro será destinado a projetos, iniciativas ou campanhas que se revertam em benefício coletivo.

Em 2015, a Odebrecht havia sido condenada pela 2ª Vara do Trabalho de Araraquara a pagar multa de R\$ 50 milhões, em ação iniciada no ano anterior. O valor levou a ação à condição de maior da história da Justiça do Trabalho brasileira.

Em depoimentos à Justiça, os trabalhadores disseram que os ambientes na obra eram muito sujos e os banheiros, que ficavam distantes do local de trabalho, permaneciam sempre cheios e entupidos. Outros depoimentos afirmaram que era consumida uma carne vermelha que se imaginava ser bovina, mas era de jiboia.

### OUTRO LADO

Em nota, a Biocom negou as acusações e disse zelar pelo cumprimento estrito da lei e respeito às pessoas.

Segundo a companhia, a premissa para celebração do acordo foi justamente o fato de que ele não implica qualquer reconhecimento de prática de trabalho escravo, nem de violação de direitos humanos ou de princípios que regem as relações de trabalho pela empresa.

A empresa afirma que, embora nenhuma instituição brasileira, ainda que formalmente convidada, tenha comparecido às instalações da Biocom para verificá-las, as condições de trabalho na empresa sempre foram fiscalizadas e atestadas positivamente por autoridades angolanas (equivalentes ao Ministério do Trabalho e Emprego).

A companhia destaca ser uma das maiores empregadoras de Angola.

18 MAR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Escravidão sob sigilo

O combate ao trabalho em condições análogas à escravidão conheceu nos últimos anos avanços importantes no Brasil. Desde o início de século o país endureceu a política contra essa prática incompatível com os valores da civilização.

É de se lamentar, assim, o impasse que hoje impede a divulgação do que ficou conhecido como a lista suja do trabalho escravo — a relação, elaborada pelo governo federal desde 2003, de empregadores condenados em processo administrativo por submeterem trabalhadores a condições precárias.

Nesse rol, o setor rural costuma responder pela maior parte dos casos, que incluem ambiente degradante e servidão por dívida.

Embora meritória por reprimir empreendimentos que se valem de tais métodos, a medida inspirava insegurança jurídica. Era regulada por meio de portaria do Ministério do Trabalho que não explicitava as garantias de ampla defesa durante o processo.

Em 2014, respondendo a ação de empresas da construção civil, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar suspendendo a publicação.

Nos últimos dias da gestão Dilma Rousseff (PT), redigiu-se nova portaria que ampliou as salvaguardas dos acusados e definiu a forma de apresentação dos nomes

no site do Ministério do Trabalho.

Relatora do caso no Supremo, a ministra Cármen Lúcia considerou que não havia mais motivos a impedir que se desse publicidade à relação de empregadores. Sem maiores explicações, no entanto, o governo Michel Temer (PMDB) manteve os dados em sigilo.

À aparente procrastinação do Executivo federal seguiu-se uma batalha jurídica ainda sem desfecho. Em dezembro, o Ministério Público obteve na Justiça liminar que determinava a divulgação da lista; a União recorreu e, em 7 de março, conseguiu suspender a medida por 120 dias.

Nesse prazo, prometia-se, um grupo de trabalho — instrumento de triste tradição na burocracia brasileira — buscará regras que contêm todas as partes interessadas.

Na semana seguinte, entretanto, o ministro Alberto Bresciani Pereira, do Tribunal Superior do Trabalho, reverteu a decisão, em favor da publicidade. Restou à Advocacia-Geral da União recorrer ao STF.

São mais que legítimas as reivindicações de pleno direito de defesa. Não se compreende, entretanto, a morosidade do governo, que só se prontificou a examinar o assunto sob pressão de decisões judiciais. O enfrentamento de uma chaga que envergonha o país exige transparência e celeridade.

19 MAR 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Odebrecht diz ter acertado repasse de R\$ 50 mi a Aécio

Em delação, Marcelo Odebrecht cita contrapartida por apoio a obra em usina

**Ex-presidente do grupo e outros delatores não falam em propina; para eles, Aécio era um político em ascensão**

BELA MEGAL,

DE BRASÍLIA

MARIO CESAR CARVALHO

DE SÃO PAULO

O ex-presidente da Odebrecht Marcelo Odebrecht e outros executivos do grupo disseram em acordo de delação premiada que acertaram junto com a Andrade Gutierrez o repasse de R\$ 50 milhões ao senador Aécio Neves (PSDB-MG) após vencerem o leilão para a construção da hidrelétrica Santo Antônio, em Rondônia, em dezembro de 2007.

Executivos que complementaram o depoimento de Marcelo afirmaram que a Odebrecht se comprometeu a pagar R\$ 30 milhões, enquanto a Andrade Gutierrez se encarregou dos R\$ 20 milhões restantes.

Os delatores não esclareceram se os valores alegados foram efetivamente pagos, segundo a **Folha** apurou.

Também não falaram em propina para descrever o acerto com Aécio.

Os depoimentos, ainda sob sigilo, embasaram pedidos de inquérito feitos na semana passada pela Procuradoria-Geral da República contra diversas autoridades.

No caso de Aécio, por ele ter foro privilegiado, a solicitação foi feita ao relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, que ainda não deu essa autorização.

Caso o inquérito seja autorizado, começa a fase de colheita de provas. Havendo indícios, a PGR oferece uma denúncia, que, se aceita pela Justiça, torna o investigado réu, dando início a um processo que culminará em julgamento.

O tucano afirma que “é absolutamente falsa a pretensa acusação”.

À época do leilão da usina Santo Antônio, no rio Madeira, em 2007, Aécio, embora fosse um dos principais nomes de oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que licitou a usina em Rondônia, estava no seu segundo mandato como governador de Minas Gerais e tinha sob seu comando uma das empresas que integravam o consórcio que ganhou a disputa, a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais).

A empresa de energia é controlada pelo governo mineiro até hoje.

Embora fora do governo federal, o tucano também mantinha influência sobre o principal investidor da usina, a empresa Furnas.

Essa relação é apontada por políticos como o ex-deputado Roberto Jefferson e o ex-senador Delcídio do Amaral, além de um lobista do PT que foi preso pela Lava Jato, Fernando Moura.

A informação de que a usina de Santo Antônio surgiria na delação da Odebrecht ligada a Aécio foi antecipada pela colunista da **Folha** Mônica Bergamo na quinta (16).

Furnas é a principal acionista da Santo Antônio Energia, com 39% do capital.

Odebrecht e Andrade Gutierrez detêm, respectivamente, 18,6% e 12,4% das ações.

Um fundo da Caixa Econômica Federal controla 20%, enquanto a Cemig tem 10%. A construção da hidrelétrica custou R\$ 20 bilhões.

Marcelo e outros executivos da Odebrecht afirmaram aos procuradores da Operação Lava Jato que as empresas decidiram fazer o acerto com o tucano porque queriam ter uma boa relação com as duas sócias da usina sobre as quais Aécio tinha influência —ou seja, Furnas e Cemig.

**CONTINUA**

# 19 MAR 2017

Se houvesse problemas com essas empresas durante a construção da hidrelétrica, o tucano poderia ajudar a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, segundo o que disseram os delatores.

Ainda pesou o fato de que a Odebrecht via no tucano um político em ascensão.

Marcelo afirma que representantes de Aécio diziam que os pedidos eram descritos como contribuições para o PSDB.

Os delatores não usam o termo propina no relato que fazem. Na interpretação de procuradores da Lava Jato, o acerto foi selado com expectativa de contrapartida.

Após deixar o governo de Minas Gerais em 2010, Aécio elegeu-se senador pelo Estado e foi candidato à Presidência da República em 2014, quando perdeu para a petista Dilma Rousseff por uma diferença de 3,5 milhões de votos (cerca de 3,3 pontos percentuais).

Atualmente, ele preside nacionalmente o PSDB e é um dos potenciais candidatos do partido à eleição presidencial de 2018.

### OUTROS DELATORES

O ex-presidente da Odebrecht é o terceiro dos colaboradores da Operação Lava Jato a associar o nome de Aécio a Furnas.

Antes dele, o doleiro Alberto Youssef e Delcídio disseram ter ouvido comentários de terceiros sobre a suposta relação entre o hoje senador tucano e a estatal federal de energia durante o governo federal petista.

O tucano nega que tivesse qualquer tipo de influência sobre Dimas Toledo, ex-diretor de Furnas, apontado como seu aliado na estatal.

O relato do acerto financeiro para beneficiar Aécio no caso de Santo Antônio é um dos temas que serão abordados na complementação que

a Andrade Gutierrez terá de fazer de sua delação, em razão das novas acusações feitas pela Odebrecht em sua delação premiada.

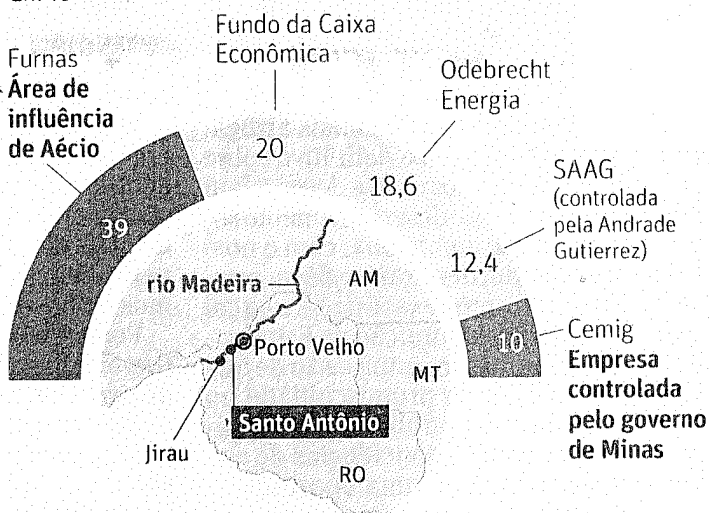
Procuradores avisaram representantes da empreiteira de que todos os detalhes sobre a usina terão de ser esclarecidos.

### A USINA E O TUCANO

Delatores dizem ter acertado doação não registrada de R\$ 50 mi a Aécio; tucano nega

#### Quem controla a hidrelétrica Santo Antônio

Em %



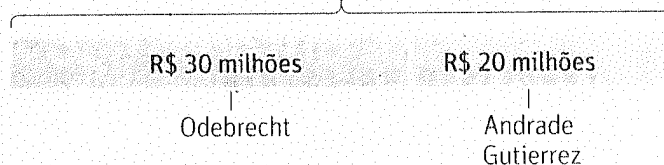
**Onde fica**  
Rio Madeira, em Porto Velho (RO)

**Duração da obra**  
De 2008 a 2016

**Investimento na construção**  
R\$ 20 bilhões

### VALORES RELATADOS NA DELAÇÃO

R\$ 50 milhões



### MOTIVO



> O executivo da Odebrecht disse que a empresa acertou o pagamento por causa do poder que **Aécio Neves** (PSDB), governador de Minas à época do leilão, em 2007, tinha sobre a Cemig e Furnas, que integraram o consórcio que fez a usina

> A empresa também apostava no tucano como um nome em ascensão no cenário nacional

**CONTINUA**

# Acusação de delator é absolutamente falsa, afirma tucano

**Para senador, relato não aponta nenhum ato ilícito que teria cometido como governador de Minas**

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse em nota enviada à **Folha** que “é absolutamente falsa a pretensa acusação” de acerto com as empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez.

Na nota, o tucano afirma que “não é apontado nenhum ato ilícito que teria sido cometido pelo então governador”.

Prossegue a nota: “A licitação da obra da usina de Santo Antônio foi realizada pelo governo federal, sem qualquer influência do governo de Minas”.

O senador afirma também que “dentre tantas mentiras que têm sido ditas talvez essa seja a mais fácil de comprovar”.

O tucano diz que, se a suposta influência sobre Furnas seria consequência da presença do ex-diretor Dimas Toledo nos quadros da empresa, há um problema de lógica temporal: o diretor mineiro deixou a empresa em 2005, e o leilão de usina Santo Antônio ocorreu em dezembro de 2007.

“Não é possível que acusações irresponsáveis como essa sejam feitas, aceitas e divulgadas sem um mínimo de

comprovação. São vazamentos criminosos que precisam ser esclarecidos”, afirma o senador tucano.

Os advogados Marco Moura e Rogério Marcolini, que defendem Dimas Toledo, dizem que ele jamais manteve contatos com o consórcio que fez a usina Santo Antônio. Eles afirmam que o leilão para construir a hidrelétrica ocorreu em 2007, quando ele já tinha deixado a diretoria de Furnas.

Os advogados de Dimas negam que ele tenha sido indicado para o cargo na empresa por Aécio.

“[O ex-diretor Dimas Toledo] esclarece que jamais manteve relação próxima com o senador Aécio Neves. Sua nomeação para a diretoria de Furnas, onde trabalhou por cerca de 37 anos, de 1968 a 2005, se deu por natural progressão na carreira, atendendo a critérios exclusivamente técnicos, e não por indicação política”.

#### NOTAS

A Odebrecht afirmou, também por meio de nota enviada à reportagem, que “não se manifesta sobre o teor de eventuais colaborações de pessoas físicas”.

A nota do conglomerado diz que “a empresa reafirma seu compromisso de colaborar com as autoridades.

A Odebrecht declara ainda que está implantando as melhores práticas de ‘compliance’, baseadas na ética, transparência e integridade”.

A Andrade Gutierrez não quis comentar os relatos dos delatores, “mas reitera seu compromisso de continuar colaborando com os órgãos competentes nas investigações para esclarecer assuntos do passado”.

Furnas afirma que “adota as melhores práticas de governança ética, profissional e transparente”.

Em nota, a estatal de energia elétrica diz: “A companhia sempre esteve à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários às autoridades e é a principal interessada na elucidação dos fatos relatados”.

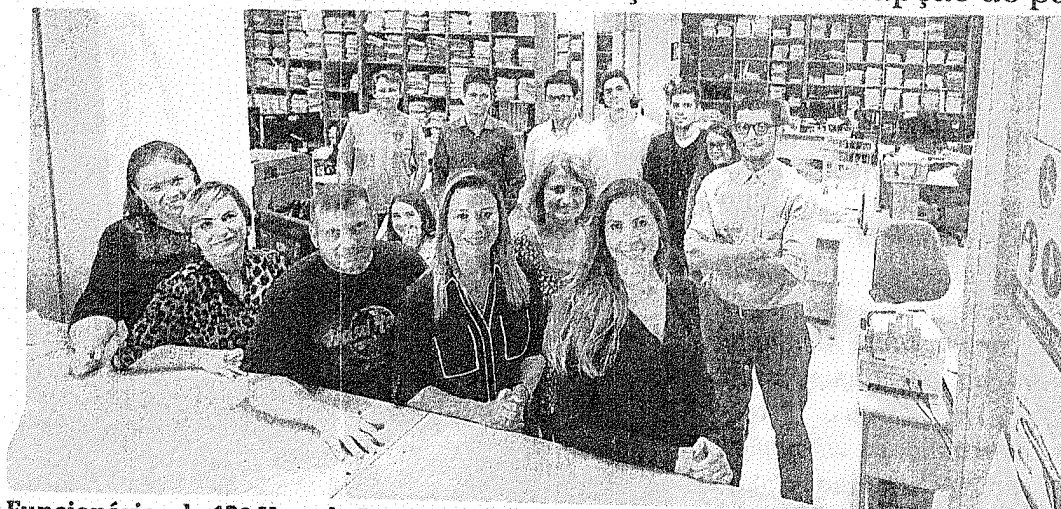
Já a Cemig declarou em nota que “prefere aguardar a evolução das investigações no âmbito da Operação Lava Jato antes de emitir qualquer comentário a respeito” das delações de executivos da Odebrecht.

19 MAR 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Longe dos holofotes, equipe da Lava Jato recebe pedidos até de apuração sobre ETs

Apesar da pressão e das longas jornadas, funcionários se dizem recompensados por atuar na maior ação contra corrupção do país



Funcionários da 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, onde atua o juiz Sergio Moro

**ESTELITA HASS CARAZZAI**  
DE CURITIBA

Foi quando a caixa de e-mails começou a lotar, dia após dia, que os servidores da vara da Operação Lava Jato se deram conta da dimensão do trabalho em que estavam envolvidos.

Diariamente, eram dezenas de elogios, críticas, denúncias e até pedidos de ajuda enviados ao juiz Sergio Moro, titular da 13ª Vara da Justiça Federal no Paraná.

“Não dava para trabalhar. Ninguém tinha a noção de que a coisa era tão grande”, diz a servidora Flávia Maceño Blanco, diretora de secretaria e uma das que se habituou ao assédio, à pressão e às críticas a quem trabalha na maior operação de combate à corrupção do país.

O gigantismo da Lava Jato, que completou três anos

na última sexta-feira (17), se fez sentir aos poucos no dia a dia dos servidores da Justiça, da Polícia Federal e do Ministério Público, que ficam às margens dos holofotes, mas convivem com a repercussão da operação.

“Aqui virou o juízo universal”, brinca Blanco. Por e-mail ou telefone chegam à força-tarefa pedidos de investigação da Mega-Sena, do desmatamento na Amazônia, de pensão alimentícia e até de abdução por ETs.

“Meu telefone é insano”, afirma a secretária da força-tarefa do Ministério Público Federal em Curitiba, Máiria Leite Carlos. A maioria liga para elogiar, mas críticas não são raras —especialmente depois da deflagração de novas fases da operação.

“Já houve um que ligou e perguntou: ‘Aí é do escritório do PSDB?’”, comenta um servidor. Outros gritam ao telefone, xingando a quem atende de “nazista”.

Assessor de gabinete na força-tarefa, o advogado Victor Hugo dos Santos diz ter perdido um amigo de infância, que discordava dos métodos da investigação.

“Nada me abala mais. A gente vai se blindando”, comenta Máiria. “Não é pessoal; é uma questão de convicção. Eu até respeito.”

Se tem uma pergunta que incomoda, porém, é a famosa “Quando vão prender o fulano?”. “Mas que perguntinha chata”, diz Blanco.

**CONTINUA**



19 MAR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### TENSÃO

O expediente na força-tarefa facilmente ultrapassa as dez horas diárias. Algumas vezes, atravessa as madrugadas, numa corrida contra prazos processuais.

“Tem analista que fica até 15 dias trabalhando em um só HD”, afirma o delegado Filipe Hille Pace, da PF. “É um trabalho duro, imprevisível.”

Em dia de operação, os primeiros policiais chegam à PF pouco antes das 4h. Não raro, o convívio com a família fica prejudicado. “A minha namorada já entendeu que a Lava Jato é a titular e ela é a outra”, brinca Santos, que logo emenda: “É brincadeira, pelo amor de Deus!”.

Ninguém fala em sensação de insegurança. Na porta da Procuradoria, porém, fica um guarda de plantão e um detector de metais. Na 13ª Vara, há câmeras e um segurança.

A tensão e a sensação de ter cada ato sob o escrutínio da imprensa e da opinião pública são compensadas, dizem os servidores, pelo resultado do trabalho.

“A gente vê a Justiça sendo feita”, diz Flávia Rutyna Heidemann, oficial de gabinete de Moro. “Não estamos enxugando gelo. Algo está acontecendo”, afirma Pace.

No total, cerca de 120 servidores trabalham na Lava Jato em Curitiba.



19 MAR 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Hora de mudar os rumos do Brasil

**RODRIGO JANOT**

O Ministério Público  
Federal, com a Lava Jato,  
não inventou crimes  
nem patrocinou teses de  
responsabilidade penal

O encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal, na última semana, de 320 pedidos para instauração de inquéritos, arquivamentos e declínios de competência, entre outras providências, oriundos das 77 colaborações de executivos da Odebrecht, fez aumentar o interesse sobre o trabalho do Ministério Público Federal e, principalmente, suas consequências no cenário nacional.

Em razão do sigilo legal que ainda se impõe, o ambiente tornou-se propício para a disseminação de boatos sem fundamento lógico ou jurídico.

Para os que desejam entender as funções do MPF e suas balizas jurídicas, proponho-me a esclarecer, resumidamente, pontos que me parecem obscuros no debate.

Em primeiro lugar, repito o que disse em março de 2015, quando encaminhei ao STF os primeiros pedidos de inquérito: não existe “lista do Janot”. O procurador-geral não tem prerrogativa de “escolher” a quem investigar ou elaborar discricionariamente uma lista de criminosos.

Na verdade, no caso específico, cabe ao procurador-geral da República, nos limites da lei, celebrar os acordos e requerer ao STF a instauração de inquéritos para investigar os fatos em relação a autoridades com prerrogativa de foro, sempre que presentes indícios de crime.

Em segundo lugar, as investigações da Lava Jato não têm como propósito criminalizar a política. A atividade político-partidária é essencial ao regime democrático e condição de seu funcionamento.

Não se podem confundir os atos criminosos de alguns políticos com a própria política, pois os que assim agem tentam maliciosamente igualar a todos por uma régua injusta, na qual só há medida para o logro e a desfaçatez.

Em todos os casos, as instaurações de inquérito foram requeridas quando presentes indícios de delitos associados à campanha eleitoral, como falsidade ideológica, corrupção ou lavagem de dinheiro, dentre outros.

Considerou-se que, se a origem da doação eleitoral foi espúria e havendo indícios de que as partes disso tinham conhecimento, o fato é criminoso e, assim, deve ser apurado, seja a doação oficial ou clandestina.

Por outro lado, se os recursos de origem lícita foram recebidos, mas não declarados à Justiça Eleitoral, configura-se, em tese, um delito de menor gravidade (falsidade eleitoral), que também merece apuração e a devida punição, se for o caso.

Nem o procurador-geral da República nem o MPF jamais arrogaram para si o juízo definitivo sobre homens ou fatos que se desenrolam no processo de desenvolvimento social. Não se ambiciona, com o nosso trabalho, depurar o país ou a política, até porque esse papel não cabe a uma instituição de Estado.

Mesmo assim, estou certo de que a revelação da promiscuidade no trato da coisa pública, ao nos confrontar com as deficiências do sistema político, é uma oportunidade para, preservando a institucionalidade, mudarmos os rumos de nossa sociedade.

Por fim, esclareço o óbvio: o Ministério Público Federal, com a Lava Jato, não inventou crimes inexistentes nem patrocinou teses de responsabilidade penal objetiva.

Sabe-se que o caso é complexo e haveria ainda muitas nuances a esclarecer, mas, por ora, fico por aqui, com uma advertência.

O país está imerso em uma grave crise que, pela ordem natural dos acontecimentos e independentemente dos envolvidos, cessará, cedo ou tarde. A nós brasileiros compete apenas escolher como estaremos ao fim dessa turbulência.

Podemos ceder ao medo, deixarmos engabelar pela velha conversa de excessos do MPF e esconder os problemas; ou, por outra, enfrentá-los, implementar as reformas necessárias e elevar, assim, o patamar de nossa democracia.

RODRIGO JANOT, mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é procurador-geral da República

19 MAR 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Na chapa

**Temer apresenta tese frágil para não ter de responder, na Justiça Eleitoral, por eventuais recursos ilícitos na campanha de Dilma Rousseff**

Soa inconvincente, para dizer o mínimo, uma das principais estratégias aventadas pela defesa do presidente Michel Temer (PMDB) no processo que enfrenta no Tribunal Superior Eleitoral.

Como se sabe, a chapa de que participou como vice, ao lado de Dilma Rousseff (PT), sofre contestação no TSE, acusada de irregularidades nas contas de campanha.

O impeachment da petista não interrompeu as investigações sobre a chapa vitoriosa em 2014. Recaindo as eventuais consequências do processo sobre o atual presidente, seus advogados sustentam que não haveria como responsabilizá-lo pelos supostos ilícitos cometidos por Dilma e seus auxiliares.

Difícilmente será possível encontrar provas cabais, caso existam, de participação de Dilma ou Temer em tratativas que tenham levado à campanha recursos oriundos do esquema de propinas sob investigação na Petrobras.

Aberta em outras frentes a apuração de eventos desse tipo —com as delações de ex-executivos da Odebrecht a ponto de se converterem em inquéritos autorizados pelo Supremo Tribunal Federal—, é preciso levar em conta que, na Justiça Eleitoral, outra ordem de fatos e raciocínios entra em pauta.

No TSE, trata-se de avaliar, antes de tudo, a legitimidade das próprias eleições. Se se configura o uso de recursos desviados dos cofres públicos no financiamento da campanha, é o resultado do pleito que se revela deturpado e passível de anulação.

Não cabe, assim, a argumentação de que Temer poderia ser preservado, dado seu alegado alheamento das decisões financeiras tomadas na corrida presidencial.

Dilma e Temer foram eleitos, afinal, com os mesmos votos —que as verbas amealhadas contribuíram para multiplicar. Conforme noticiou esta **Folha**, a conta aberta em nome do peemedebista arrecadou apenas R\$ 20 milhões dos R\$ 350 milhões declarados pela chapa.

O vice beneficiou-se, tanto quanto a candidata a presidente, da vitória eleitoral; e é esta que, no plano jurídico, sofre contestação.

Tendo surgido por iniciativa do PSDB em dezembro de 2014 —logo após o pleito, portanto—, o processo se arrasta e ramifica.

Está para terminar agora a fase da coleta de evidências e depoimentos sobre um caso que, a princípio fundamentado em contestações frágeis e pontuais, ganhou volume com a Lava Jato.

Ainda há pela frente o relatório com a conclusão das investigações, o julgamento e os eventuais recursos e pedidos de vista. A lentidão da Justiça abre a possibilidade de que a questão só venha a ser decidida quando Temer estiver a ponto de completar seu mandato.

18 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Cármen Lúcia:

'Anistia a caixa 2

não é bem-vinda'

Presidente do STF defende em entrevista à CBN plebiscito para definir pontos da reforma política

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, afirmou ontem, em entrevista à rádio CBN, que uma eventual anistia ao caixa 2 pelo Congresso "não é bem-vinda".

"A apuração dos crimes está em curso, qualquer tentativa de obstaculizar medidas punitivas que são necessárias no caso de cometimento de crime não é bem-vinda evidentemente à sociedade, menos ainda à comunidade jurídica", afirmou.

Indagada se o País poderia ficar paralisado diante dos desdobramentos da nova "lista de Janot", a presidente do STF afirmou que a política é imprescindível para que se viva numa sociedade civilizada. "E por isso mesmo eu não acho que a paralisia seja própria de qualquer dinâmica social. Acho que a política vai se reinventar sobre bases segundo as quais o cidadão na sua dignidade tem o direito de governo honesto."

**Plebiscito.** Cármen ainda defendeu a realização de um referendo ou plebiscito para definir pontos da reforma política. Para ela, esse tipo de matéria precisa ser esclarecida ao povo, a quem caberia escolher o modelo ideal.

O comentário da presidente do STF é feito em meio às movimentações dos presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de aprovar uma reforma política com alterações no sistema eleitoral que permitam que deputados passem a ser eleitos por meio de lista fechada.

## Cármen Lúcia critica anistia ao caixa 2 e pede referendo

A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, disse ontem que "anistia ao caixa 2 não é bem-vinda". A ministra defendeu a realização de um referendo ou plebiscito sobre os pontos da reforma política. "Talvez seja a hora de cumprir o Artigo 14 da Constituição", afirmou. É o artigo que prevê os mecanismos de consulta popular.

### ● Apuração

"A apuração dos crimes está em curso, qualquer tentativa de obstaculizar medidas punitivas não é bem-vinda à sociedade,

menos ainda à comunidade jurídica."

Cármen Lúcia

PRESIDENTE DO STF



**Sônia Racy**  
Cumpra-se

Não foi para inglês ver. Uma semana depois do lançamento, Cármen Lúcia, pelo CNJ, já deu andamento à Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Os tribunais de Justiça de todos os Estados, que tratam do tema têm 30 dias para responder ao questionário.

"O sistema brasileiro precisa mesmo ser repensado, não tenho dúvida. Mas a lista fechada e o financiamento fazem com que haja provavelmente pessoas que vão arvorar-se quase como donos, proprietários de partidos", disse Cármen, ao ser questionada sobre a lista de candidatos e o financiamento público. "Esse tipo de matéria precisa de ser esclarecida ao povo, dito exatamente o que significa, porque a maioria dos cidadãos, dos eleitores brasileiros, nem sequer sabe como é e quais as consequências de se votar numa lista aberta ou fechada de candidatos", completou.

A presidente do STF destacou o Artigo 14 da Constituição Federal, que prevê que a soberania popular será exercida mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. "Talvez seja a hora de a gente cumprir o Artigo 14 da Constituição. Afinal, o Artigo 1.º estabelece que o povo é soberano, o povo é que é titular da soberania, logo, ele é que deve decidir em última instância. O Artigo 14 da Constituição de 1988 prevê esses mecanismos. Talvez já tenha passado da hora de a gente começar a adotá-los para que o povo se manifeste", ressaltou.

Para Cármen, a consulta à população impõe educação cívica. "Vota-se como, sistema de lista aberta ou fechada importa em que, como vai acontecer, e quais são as consequências, e isso seria oferecido ao povo em referendo ou plebiscito."

# Mulher de Cabral vai para prisão domiciliar

Ex-primeira-dama do Rio está presa desde dezembro, acusada de desvio de recursos

Mariana Sallowicz / RIO

O juiz da 7.<sup>a</sup> Vara Federal Criminal do Rio, Marcelo Bretas, decidiu ontem converter em domiciliar a prisão preventiva da ex-primeira-dama do Rio Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB).

Adriana e Cabral estão presos no Complexo de Gericinó (Bangu), zona oeste do Rio, desde o fim de 2016. Ela foi encarcerada em dezembro e o ex-governador, em novembro. Ambos são acusados de desviar recursos do Estado durante a gestão do peemedebista (2007-2014). Em sua decisão, o magistrado considerou o fato de o casal ter dois filhos, de 11 e 14 anos. Bretas negou o benefício a Cabral.

“A situação é completamente diferente. Quero reafirmar que a substituição não é por entender que não estão provadas as acusações, é por questão pessoalíssima”, afirmou o juiz.

O magistrado estabeleceu uma série de condições que Adriana terá de cumprir para ter direito a ficar presa em casa. As restrições se aplicarão a todos os moradores e funcionários da família enquanto estiverem no apartamento de Adriana, no Leblon, zona sul. O imó-

vel não poderá ter linha telefônica instalada nem internet ou telefone celular. Só serão permitidas visitas domiciliares com até três graus de parentesco ou dos advogados envolvidos no processo.

“Se os filhos quiserem ter acesso à internet, que vão a outro lugar. Qualquer descumprimento fará com que (Adriana) retorne ao sistema carcerário”, afirmou Bretas na audiência de ontem.

A ex-primeira dama só poderá sair do imóvel em caso de emergência médica. Também deverá ficar afastada de suas atividades no escritório Ancelmo Advogados. Para fiscalizar o cumprimento das condições impostas pela Justiça, a Polícia Federal poderá fazer inspeções no apartamento sem a necessidade de autorização, entre as 6 horas e as 18 horas.

**Defesa.** O advogado da ex-primeira-dama do Rio, Alexandre Lopes, afirmou que a decisão de Bretas foi “uma surpresa”, mas pontuou que não se deve comemorar. “O processo continua e é longo”, disse, após a audiência. Ele lembrou que a defesa pedira antes a prisão domiciliar, o que fora negado pelo juiz.

“Foi surpresa, esperávamos conseguir no STJ (Superior Tribunal de Justiça), aqui, não”, afirmou.

Lopes negou a possibilidade de a ex-primeira-dama fazer acordo de delação. “Há uma obsessão de parte da imprensa com delação premiada. O processo penal não se resume à delação, e ela não tem a menor intenção de fazer uma delação contra quem quer que seja”, disse.

O defensor afirmou ainda que o apartamento de Adriana estará pronto para atender às condições impostas pelo juiz na segunda-feira. Ressaltou que a liberação dela dependerá da fiscalização que será feita pela Polícia Federal.

“Na segunda trarei petição dizendo que o apartamento está pronto, daí vai depender dele (Bretas) mandar uma fiscalização da PF”, disse.

## ● Restrição

**“Se os filhos quiserem ter acesso à internet, que vão a outro lugar. Qualquer descumprimento (da decisão da Justiça) fará com que (Adriana) retorne ao sistema carcerário.”**

**Marcelo Bretas**

JUIZ DA 7.<sup>a</sup> VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO

18 MAR 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

**Lava Jato.** Nos pedidos do procurador-geral ao STF há solicitações para juntar revelações de delatores da Odebrecht nas investigações já existentes que apuram o crime de quadrilha

## Nova lista de Janot reforça inquéritos do 'quadrilhão'

### INVESTIGAÇÃO

● O 'inquérito-mãe' da Lava Jato foi aberto em março de 2015 para apurar a existência de uma quadrilha com atuação na Petrobrás



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

#### Fatiamento

Em outubro de 2016, **Teori Zavascki**, então relator da Lava Jato no Supremo, fatiou em quatro o maior inquérito da operação



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO

#### Delações

Com base nas delações da Odebrecht, o procurador-geral da República, **Rodrigo Janot**, pediu ao STF a inclusão de informações no 'quadrilhão'



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO

#### Relator

Caberá ao novo relator da Lava Jato no Supremo, **Edson Fachin**, decidir sobre os pedidos de Janot relativos ao 'quadrilhão'

### O 'quadrilhão'

O "inquérito-mãe" foi dividido em quatro: um apura a atuação de investigados ligados ao PP, dois investigam nomes do PMDB (na Câmara e no Senado) e outro é relativo ao PT

TOTAL DE INVESTIGADOS

66

PP

30

INVESTIGADOS

PMDB (Câmara)

15

INVESTIGADOS

PMDB (Senado)

9

INVESTIGADOS

PT

12

INVESTIGADOS

CONTINUA

18 MAR 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Beatriz Bulla

Fabio Serapião / BRASÍLIA

A delação da Odebrecht dá força para a investigação de uma organização criminosa formada por líderes políticos para conseguir propina e doações eleitorais com oferecimento de contrapartidas à iniciativa privada. O Estado apurou que nos novos pedidos encaminhados na terça-feira pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal (STF), há solicitações para juntar revelações de delatores da Odebrecht nos inquéritos já existentes sobre a quadrilha na Lava Jato.

Em março de 2015, na chamada primeira “lista de Janot”, um inquérito para apurar o crime de formação de quadrilha foi aberto, tendo como alvo parlamentares do PMDB, PP, PT e operadores do esquema então restrito à Petrobrás.

Inicialmente, o tema era objeto de um só inquérito – chamado informalmente por procuradores da República de “quadri-lhão”. Mas, em outubro no ano passado, Janot decidiu fatiar a investigação para facilitar o trabalho. Há, portanto, uma frente aberta para apurar a organização de parlamentares do PP, outra do PT, uma terceira sobre o PMDB do Senado e a última sobre o PMDB da Câmara.

De acordo com fontes com acesso às revelações da Odebrecht, os relatos da empreiteira reforçam especialmente a apuração relativa à organização do PMDB do Senado. A visão de investigadores é de que a narrativa da Odebrecht dá peso à tese de que há uma organização e um comando político para usar das suas funções e poder com o objetivo de obter recursos de maneira indevida.

Até agora, no entanto, não foi apontado na investigação qual seria o comando da organização criminosa. Os desvios apurados na Petrobrás sob investigação na Lava Jato ocorreram entre 2004 e 2014 nas gestões dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva – alvo do “quadri-lhão” – e Dilma Rousseff.

A apuração do crime de formação de quadrilha é considerada uma das linhas mais importantes da primeira leva de inquéritos enviada por Janot na Lava Jato. O caso continua em fase de investigação.

**Tese.** Segundo investigadores, por ser a mais abrangente, a tese da existência de uma quadrilha é a mais difícil de se comprovar. Mas as revelações dos delatores da Odebrecht ajudam a “contar a história” – nas palavras de um investigador – da trama envolvendo parlamentares.

No caso da investigação por formação de quadrilha, os procuradores concluíram que os partidos eram abastecidos com doações legais e também não oficiais, ambas fruto de propina paga por contratos e benefícios com a Petrobrás e com o setor público.

**Provas.** Uma das dificuldades encontradas pela Procuradoria-Geral da República para avançar nos primeiros inquéritos abertos em 2015 foi o fato de que as primeiras delações são consideradas incipientes, o que dificulta a comprovação do que foi delatado.

“Eles (Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef) abriram os caminhos para começar a derrubar o dominó”, define um investigador. Por serem as primeiras, no entanto, não puderam ser confrontadas com revelações anteriores.

Não é o caso da Odebrecht, que precisou entregar provas robustas de corroboração do que foi dito, como planilhas, e-mails e dados do sistema de informática próprio da empreiteira.

De acordo com investigadores, há um ano se descobriu, com a delação do senador casado Delcídio Amaral (sem partido-MS), o papel do PMDB da Câmara no esquema.

Até então, os peemedebistas do Senado eram identificados por procuradores com uma atuação mais orgânica. Mas, após os relatos de Delcídio, a investigação avançou também sobre deputados da legenda.

## CRONOLOGIA

### Relator vai receber pedidos

● 19 de janeiro

Relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Teori Zavascki morre em queda de avião, quando finalizava a análise de depoimentos de 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht.

● 30 de janeiro

A presidente do STF, Cármen Lúcia, homologa as delações premiadas de executivos e ex-executivos da empreiteira.

● 2 de fevereiro

O ministro Luiz Edson Fachin é sorteado novo relator da Operação Lava Jato na Corte.

● 14 de março

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, envia 83 pedidos de abertura de inquérito ao Supremo contra parlamentares e ministros, no total são 320 pedidos em várias instâncias.

● 16 de março

Supremo informa que pedidos da Procuradoria-Geral da República serão recebidos por Fachin a partir da segunda-feira.

18 MAR 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### Inquérito contra Maia no STF deve mudar de relator

Breno Pires

Rafael Moraes Moura

BRASÍLIA

O inquérito sigiloso que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e investiga o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por suspeita de crimes de corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro em supostas doações da construtora OAS, deverá mudar de relator.

Em despacho ao qual o *Broadcast Político* teve acesso, o ministro Edson Fachin, atual relator, encaminhou para análise da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, o pedido feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para que o caso seja redistribuído porque teria conexão com outro inquérito já em tramitação na Corte, contra o senador Agripino Maia (DEM-RN).

Além de pedir a redistribuição, a PGR apontou a necessidade de realização de diligências complementares para esclarecimento do caso.

No caso de Maia, o Supremo investiga se ele favoreceu a OAS com decisões parlamentares em troca de doações eleitorais.

A assessoria de imprensa de Rodrigo Maia disse que ele ainda não foi informado sobre se haverá mudança do relator e não comentou o objeto da investigação.

O presidente da Câmara também é um dos alvos da nova lista de inquéritos solicitados pela Procuradoria-Geral da República ao STF com base nas delações de 78 executivos e ex-executivos da Odebrecht.

**Caixa 2.** O inquérito que já tramitava no Supremo contra Maia teve como base mensagens trocadas entre o deputado e o empresário Léo Pinheiro, dono da OAS, sobre doação de campanha em 2014. Como não houve doação oficial registrada, a PGR suspeitou de caixa 2.

O inquérito que teria conexão com o de Rodrigo Maia, de acordo com o despacho do ministro Edson Fachin, tem como relator o ministro Ricardo Lewandowski. Neste, o senador Agripino Maia é investigado pelo suposto crime de corrupção passiva, com base na delação do empresário George Olímpio, que afirmou ter repassado R\$ 1 milhão ao parlamentar para tentar implantar o sistema de inspeção veicular no Rio Grande do Norte, então governado pelo DEM.

Agripino Maia também é investigado, no STF, em outro inquérito, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, que investiga suposto pagamento de propina da empresa OAS.



19 MAR 2017

# O ESTADO DE S. PAULO MINISTRO CONDENA FILHA DE RELATOR

Decisão de Barroso contra filha de Fachin, responsável pela Lava Jato no Supremo, imputa multa por litigância de má-fé a advogada e seus sócios

## Em decisão, Barroso multa filha de Fachin

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, condenou a uma multa de um salário mínimo, por litigância de má-fé, os advogados Melina Fachin, Marcos Alberto Gonçalves e Carlos Pianovski, do escritório Fachin Advogados Associados. Melina é filha do ministro Edson Fachin.

**Luiz Maklouf Carvalho**

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), condenou à multa de um salário mínimo, por litigância de má-fé, os advogados Melina Girardi Fachin, Marcos Alberto Rocha Gonçalves e Carlos Eduardo Pianovski, do escritório Fachin Advogados Associados. Melina é uma das duas filhas do ministro Edson Fachin, colega de Barroso no STF. Gonçalves é casado com Melina.

Na entrevista ao **Estado**, por telefone, ele disse que achou “errada” a decisão de Barroso, e que “faria tudo de novo”. Disse, também, que Melina não iria falar a respeito. Dois dias depois mandou uma nota: “Nosso escritório é tratado no STF e em todas as cortes como qualquer outro. Sem privilégio ou preconceito e é assim que deve ser. Decisões favoráveis e desfavoráveis fazem parte do trabalho de todo advogado”, Procurados, os ministros Edson Fachin e Luis Roberto Barroso preferiram não se manifestar.

A decisão do ministro Barroso foi tomada na Reclamação 23959/Paraná, em 24 de maio do ano passado. Representando a Itaipu Binacional, cliente do escritório, os três advogados reclamaram ao Supremo de um acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Este acórdão rejeitou um recurso especial dos advogados (número 1.239.899, também em defesa da Itaipu Binacional). Eles alegaram ao STF, entre outras razões, que o STJ “usurpara competência do Supremo”.

Barroso arguiu, em sua decisão, a “manifesta inviabilidade” da reclamação. Primeiro, explicou, pela perda do prazo. E, segundo, por não terem juntado aos autos peças essenciais, como o acórdão recorrido. São erros primários no exercício da advocacia. Depois de negar seguimento à reclamação, Barroso considerou “que o uso de meios processuais manifestamente inadmissíveis gera efeitos danosos à prestação jurisdicional, tomando tempo e recursos escassos desta Corte, causando, ainda, prejuízos à parte contrária”. Então, condenou os reclamantes ao pagamento de multa por litigância de má-fé. Não houve recurso por parte dos advogados, e o caso transitou em julgado em 21 de junho do ano passado.

Na nota enviada ao **Estado**, Marcos Gonçalves, o genro de Fachin, afirma que “a parte reclamante condenada (a *Itaipu Binacional*) não se confunde com a esfera subjetiva dos advogados que a defendem”. Diz, ainda, que “a aplicação da multa é imposta pela lei, diante do entendimento de que o

meio processual intentado é inadmissível; não se confunde com juízo de valor comportamental”. Diz, ainda, que o texto da decisão de Barroso é idêntico a “dezenas de decisões” de sua relatoria.

O Fachin Advogados Associados, escritório com sede em Curitiba, foi fundado há dez anos pelo advogado Luiz Edson Fachin. Quando entrou para o Supremo, em junho de 2015, o ministro se desincompatibilizou e passou-o à filha. Mesmo assim, continua a figurar no site como ministro-propaganda do escritório: “Criado em 2006 pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, o bureau Fachin Advogados Associados preserva em seu DNA os princípios do seu fundador: ‘independentemente das posições pessoais, ter respeito ao sistema de regras, de princípios e de restrições, e a defender as garantias e os direitos individuais’”.

**Paraguai.** Uma pesquisa no site do STF mostra que a advogada Melina Girardi Fachin e seus sócios do Fachin Advogados Associados tem alguns outros processos no STF, além da reclamação 23959. Em três deles – as Ações Originárias 1905, 1907 e 1957, do Ministério Público Federal, todas relatadas pelo ministro Marco Aurélio –, representam a República do Paraguai, na condição de assistente, como sócia, da ré principal Itaipu Binacional, esta representada pelo advogado Tiago Cedraz Leite Oliveira.

**CONTINUA**



19 MAR 2017

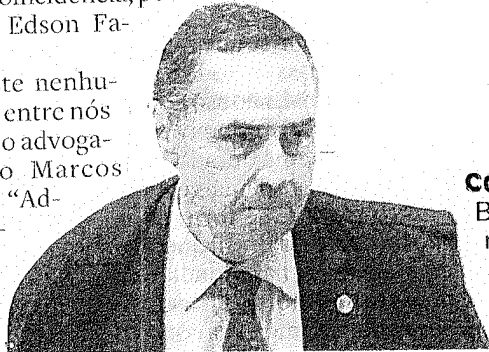
## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Filho do ex-presidente do TCU Aroldo Cedraz, Oliveira está sendo investigado pela Operação Lava Jato – relatada, no Supremo, por coincidência, pelo ministro Edson Fachin.

“Não existe nenhuma conexão entre nós e ele”, disse o advogado e genro Marcos Gonçalves. “Advogamos para a República do Paraguai,

que é sócia da Itaipu Binacional, e portanto interessada no resultado da causa. Nunca houve e não há qualquer relação com o outro advogado”. Tiago Cedraz foi procurado, mas não deu retorno.



**Corte.**  
Barroso multou Melina, filha de Fachin

**Atuação.** O Fachin Advogados Associados atua na causa, pelo governo do Paraguai, sócio da Itaipu Binacional, desde 2003. É um caso complexo em que se discute se a hidrelétrica, com sócio estrangeiro, deve ou não ser fiscalizada pelo TCU. Foi a atuação de Edson Fachin, lá atrás, que conseguiu levar o caso para o STF, muito antes que ele sequer pensasse que um dia chegaria lá.

Quando foi indicado, em 2015, surgiu a denúncia de que não poderia ter atuado no caso por ser servidor federal concursado. O candidato a ministro provou, então, que uma lei federal validava sua atuação. Quando assumiu o Supremo, o caso, como os demais em que atuava, foi herdado pelo Fachin Advogados Associados. Até hoje tramita por lá.

19 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

# Ação penal na Corte sobe para 1,3 mil dias

Estudo do Supremo em Números, da FGV Direito Rio, mostra que, em 2002, o tempo médio era de 65 dias; Procuradoria está mais ágil

Pesquisa do Supremo em Números, da FGV Direito Rio, mostra que o tempo médio que a Corte máxima do Judiciário brasileiro leva para julgar as ações penais envolvendo pessoas com foro saltou de 65 dias, em 2002, para 1.377 dias no ano passado.

Os dados consideram as movimentações processuais registradas pelo sistema do STF até o trânsito em julgado das ações penais e apontam tendências opostas, uma vez que o tempo médio de tramitação dos inquéritos contra autoridades com prerrogativa de foro diminuiu desde 2002.

Naquele ano, o tempo médio de tramitação dos inquéritos, desde que foram abertos até terem algum desfecho (viraram ação penal, foram arquivados ou declinados para outras instâncias), foi de 1.297 dias, segundo a FGV. Em 2016, aponta o estudo, o tempo de tramitação média ficou em 797 dias.

“É importante perceber que a causa das tendências observadas com relação ao tempo médio para o trânsito em julgado não pode ser atribuída à variação na carga de trabalho do tribunal com o foro privilegiado. No caso dos inquéritos houve aumento da quantidade, enquanto as ações penais tiveram aumento muito pequeno”, aponta o estudo.

**Procuradoria.** O levantamento aponta que o Ministério Público Federal (MPF) tem se tornado mais ágil nos inquéritos e ações penais que envolvem autoridades com foro.

## Para Ayres Britto, 'gigantismo' obriga a 'esforço concentrado'

● **Presidente do Supremo Tribunal Federal no início do julgamento do mensalão, o ex-ministro Carlos Ayres Britto diz que, tal qual aconteceu naquela ação penal (470), a Corte terá de fazer um esforço concentrado. “Claro que no caso da Lava Jato o número de implicados e envolvidos é muito maior, esse é o desafio: racionalizar a administração da Justiça Penal no Supremo diante deste gigantismo.”**

**Com 38 réus, 600 testemunhas e mais de 220 volumes de investigações e processos relacionados, o julgamento da AP 470 levou um ano e três meses e consumiu 53 sessões do STF. / M.C.**

Considerando os inquéritos e ações penais na Corte de 2002 a 2016, o estudo aponta que há uma tendência de redução do tempo médio em que a Procuradoria-Geral da República (PGR) fica com os processos após pedir vista. Nas ações penais, com exceção de 2006 e 2013, em que houve picos de tempo que a Procuradoria ficou com o processo após pedir vista, a média de tempo da PGR nunca passou de 20 dias – foram 19 dias em 2016.

Em relação aos inquéritos, o levantamento apontou uma tendência de aumento do tempo médio dos pedidos de vista até 2012, quando as vistas chegaram a durar 67 dias. Desde en-

tão, este tempo vem caindo, chegando a 32 dias em 2016. “Aparentemente, a PGR tornou-se mais rápida”, afirma a pesquisa.

**Instâncias.** A discrepância entre os números da Lava Jato no STF e na primeira instância com o juiz federal Sérgio Moro, em Curitiba, berço da operação, ajudam a explicar a descrença de juristas e outros operadores do Direito com as perspectivas de um desfecho dos processos no Supremo em tempo hábil. Desde 2014, ano em que a operação começou, até agora, Moro já proferiu 26 sentenças contra 89 pessoas.

No STF, a operação começou em 2015, com a primeira lista de Janot baseada nas delações premiadas do ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef. Desde então, foram 20 denúncias apresentadas ao STF, das quais sete foram aceitas. Destas, duas eram denúncias contra o então deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que foi cassado em setembro de 2016 e seus processos foram remetidos às instâncias inferiores.

Em relação às operações policiais, somente o juiz Sérgio Moro autorizou 38 etapas da Lava Jato, com buscas e apreensões, quebras de sigilo, prisões preventivas e até bloqueio de bens dos investigados. No Supremo, desde 2015, foram autorizadas seis operações policiais a pedido do procurador-geral da República envolvendo investigados com foro privilegiado: três em 2015; duas em 2016; e uma neste ano. / MATEUS COUTINHO

CONTINUA

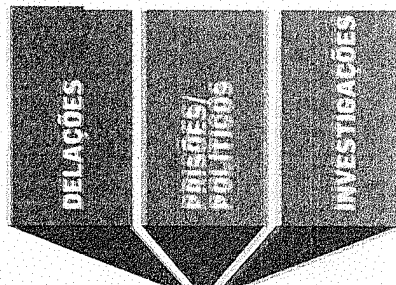
# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 MAR 2017

## 3 ANOS DE OPERAÇÃO

● Lava Jato, que começou com a desarticulação de um esquema comandado por doleiros, revelou corrupção na Petrobrás envolvendo políticos, agentes públicos, empreiteiros e operadores financeiros.



17/3/2014 Doleiro

Operação mirou em esquema de lavagem de dinheiro chefiado por doleiros e prendeu **Alberto Youssef** e Carlos Habib Chater. Youssef foi um dos primeiros delatores da Lava Jato.



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

14/04/2014 Empreiteiros

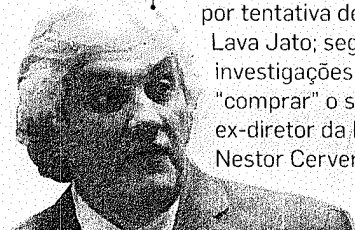
7ª fase mirou no "braço empresarial" do esquema. Segundo investigações, empreiteiras pagavam propina em troca de contratos. Empreiteiros foram presos.

05/5/2015 Marcelo Odebrecht

Na 14ª fase da Lava Jato, os então presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, foram presos preventivamente.

23/07/2015 Delcídio Amaral

O então senador petista foi preso por tentativa de obstruir a Lava Jato; segundo investigações, ele tentou "comprar" o silêncio do ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró.



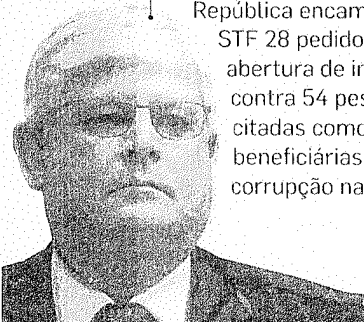
DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

20/3/2014 Petrobrás

Após Youssef ser detido, PF prendeu o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás **Paulo Roberto Costa**, que também fez delação e implicou políticos em corrupção na estatal.

3/3/2015 'Lista de Janot 1'

A Procuradoria-Geral da República encaminhou ao STF 28 pedidos de abertura de inquérito contra 54 pessoas, citadas como beneficiárias da corrupção na Petrobrás.



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

3/8/2015 José Dirceu

O ex-ministro da Casa Civil foi preso pela PF na 17ª fase da Lava Jato. Ele era investigado por suposto recebimento de propina "disfarçada" de consultorias.

CONTINUA

# 19 MAR 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

4/5/2016

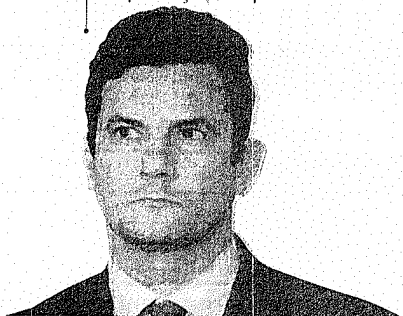
#### Lula

O ex-presidente foi conduzido coercitivamente na 24ª fase da Lava Jato, que apurou elo do petista com um sítio em Atibaia e um triplex no Guarujá

15/10/2016

#### Eduardo Cunha

Deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi preso, acusado pelo juiz Sérgio Moro de receber propina de contrato de exploração de petróleo na África



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

30/11/2017

#### Odebrecht

Em meio à prisão e condenação da cúpula da empreiteira, executivos passaram a negociar delação. Após meses de tratativas, STF homologou acordos de 78 executivos

27/2/2016

#### Marqueteiro petista

Casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura foi detido na 23ª fase da Lava Jato, que mirou em pagamentos da Odebrecht a Santana no exterior

5/3/2016

#### Ex-ministros

Duas operações prenderam os ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci, apontados como arrecadadores de propina do esquema na Petrobrás para o PT

17/10/2016

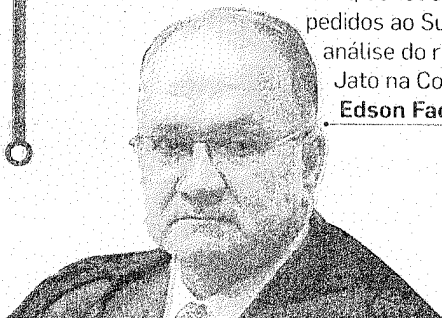
#### Sérgio Cabral

Investigação atribui ao ex-governador peemedebista o recebimento de R\$ 2,7 milhões em propinas. Cabral foi alvo de dois mandados de prisão

14/3/2017

#### 'Lista de Janot 2'

Com base nas delações da Odebrecht, Janot enviou 320 pedidos ao Supremo para análise do relator da Lava Jato na Corte, ministro Edson Fachin



NELSON JR/SCO-STF

### CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RUBENS GLEZER

19 MAR 2017

## SUPREMO EM PAUTA: Entre a estabilidade e a ruptura

ESTADÃO V FGV DIREITO SP

“**Q**uem quiser nascer tem de destruir um mundo.” Quando Herman Hesse expressou essa ideia em *Demian*, indicava que o autoconhecimento e a maturidade demandam a ruptura com padrões vigentes que, apesar de confortáveis, são inadequados para o presente. Essa metáfora talvez seja a melhor forma de compreender os abalos sísmicos da Lava Jato sobre aspectos centrais dos nossos modelos político, econômico, jurídico, cultural e institucional. Um movimento que não poupou nem sequer o STF.

Em um primeiro nível, cresce a suspeita de que o Supremo não terá como lidar com a ampla quantidade de processos que surgem a cada nova enxurrada de pedidos de inquérito e denúncia das mais altas autoridades da República e dos maiores partidos políticos. Além disso, cresce também a percepção social de que o Supremo é uma instituição guiada pela agenda política dos seus membros, em vez de conduzida pela interpretação das normas jurídicas. Algo que se agrava com a conduta amigável e próxima de ministros em relação a membros do Executivo e do Legislativo.

Para lidar com esse cenário duas supostas “inovações” foram ressuscitadas: por um lado, modificar o modelo de nomeação e composição do STF e, por outro, extinguir o foro privilegiado. Contudo, há poucas evidências de que tais soluções são efetivos remédios, em vez de meros placebos, para essa crise de legitimidade do Supremo.

Há muito mais viabilidade em fortalecer os mecanismos de imparcialidade e controle. Porém, não há sinais de esforços por mais sobriedade nas manifestações públicas, transparência na construção de agendas de julgamento, respeito aos precedentes e colegialidade (menos individualismo). Além disso, todos os mecanismos tradicionais de incentivo a essas condutas têm fracassado dia após dia.

Essa é uma situação complexa e ambígua. O dilema não é inovar ou conservar, mas ter sabedoria no que preservar ou transgredir. No atual contexto, escolher mal entre a estabilidade e a ruptura põe em jogo muito mais do que a Lava Jato, mas o próprio sistema democrático. Dependemos da sensatez e da sabedoria de nossos agentes públicos.

19 MAR 2017

O ESTADO DE S. PAULO

# Curso para recuperar agressor de mulher

Acusados de violência doméstica vão a palestras para mudar mentalidade; acolher autor do crime previne novos casos, diz autora do projeto

*Alexandre Hisayasu*

Em novembro do ano passado, o gerente de vendas Abel (nome fictício), hoje com 43 anos, recebeu um certificado de conclusão de um curso que trouxe mudanças significativas na vida dele. “Aprendi de maneira concreta e prática que a violência não serve para ninguém. Nem para a vítima nem para quem agrediu”, conta. Dez meses antes, ele foi parar em uma Delegacia da Mulher por bater em uma jovem de 25 anos na zona oeste de São Paulo. A vítima era filha da então namorada.

O caso de Abel foi parar na polícia e também em uma lista de homens que praticaram o mesmo crime e respondiam processo criminal na Vara de Violência Doméstica do Fórum Criminal do Butantã. A juíza Tatiane Moreira Lima e mais três psicólogos montaram um grupo de trabalho para dar assistência não apenas para as vítimas de agressões, mas também para os agressores.

“Sentimos que, no nosso trabalho de romper o ciclo de violência contra a mulher, o agressor não era assistido. E há necessidade de acolher as duas pontas: de quem agride e de quem é agredido”, explica a juíza. Para ela, violência doméstica está ligada à cultura de preconceito de gênero na sociedade.

**Aprendizado.** Abel foi selecionado com outros 49 homens. Destes, só oito concluíram o curso, que durou 13 semanas. “Foi uma oportunidade para refletir sobre o que aconteceu comigo. Eu namorava havia um

ano e meio e tinha encontrado a mulher da minha vida. Eu a perdi depois disso”, disse.

Segundo Abel, ele estava com a namorada, de 46 anos, e a filha dela em uma festa. Depois de beber demais, começou uma discussão com a companheira.

“Decidi ir embora, mas a filha veio atrás de mim. Depois de outra discussão, perdi o controle e a agredi. Naquele momento, perdi a mulher que amava.”

Abel aprendeu a “estabelecer limites” nas reuniões do curso, com os psicólogos. “Não importa quem começou a briga. Eu ultrapassei o limite do respeito físico e verbal com uma pessoa fisicamente muito mais frágil do que eu. Esse limite ninguém tem o direito de ultrapassar”, afirmou. A filha da ex-namorada não quis processá-lo.

O metroviário Sérgio (nome fictício), de 50 anos, também frequentou o curso no Fórum do Butantã. “Eu recebi o convite da assistente social e fiquei um pouco perdido, sem saber direito o que encontraria. Com o tempo, fui criando uma confiança de que tinha condições de também ajudar os meus colegas que estavam lá pelo mesmo motivo que eu”.

Em maio de 2016, ele discutiu e agrediu a esposa de 51 anos dentro de casa. A Polícia Militar foi chamada e todos foram parar na delegacia. “Eu estava sob efeito de remédios muito fortes e perdi o controle, mas nada justifica”, conta. Sérgio foi condenado a um ano e 15 dias em regime aberto.

Casado há 35 anos, ele afirma que passou por um grande aprendizado. “Foi um trabalho

de conscientização importante para prevenção.” O casamento, abalado com a agressão, foi salvo e o respeito, recuperado. Sérgio fala com orgulho do certificado que recebeu pela conclusão do curso. “Muitos foram chamados, mas nem todos conseguiram concluir esse processo”, comenta.

## Lei prevê ações protetivas

Lesão corporal dolosa e ameaça são os crimes contra a mulher mais registrados pela Polícia Civil e que consequentemente tramitam em maior número nos fóruns criminais.

Nas estatísticas de janeiro, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo registrou 4.572 casos de lesão corporal e 5.452 de ameaça.

Segundo a juíza Tatiane Moreira Lima, quando uma mulher agredida vai a uma delegacia registrar o crime e passa por exames no Instituto Médico Legal (IML) para comprovar as lesões, ela não pode mais retirar a queixa.

“O Ministério Público instaura a ação penal independente da vontade da vítima. É comum a mulher procurar a polícia ou a Justiça e pedir a suspensão do processo. Mas essas medidas visam justamente a garantir a proteção.”

**CONTINUA**

19 MAR 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

# 'Há estigma de que o homem é sempre monstro'

### CONTINUAÇÃO

Já nos casos de ameaça, as investigações buscam depoimentos de testemunhas, mensagens de celular e ocorrências anteriores para construir provas para o processo. A Lei Maria da Penha determina uma série de medidas protetivas para a segurança da mulher, que vão desde a expulsão do companheiro de casa à proibição de frequentar os mesmos ambientes. Ano passado, a Justiça expediu 18.621 medidas no Estado.



**Curso.** A juíza Tatiane Lima já prevê novas turmas

Era numa sala do Fórum Criminal do Butantã, na zona oeste, que os alunos se reuniam para reuniões semanais. Sempre ministrados por psicólogos, os encontros eram encarados como “missões” pelos participantes.

“Há o estigma social de que a mulher é a vítima e o homem é sempre o monstro. Mas a questão da violência doméstica é mais complexa do que isso”, afirma a psicóloga Michelle Fonseca Lingiardi, uma das coordenadoras do projeto.

Em cada encontro, um tema relacionado à violência contra a mulher era lançado para o grupo discutir. “Dentro de cada tema houve discussões para se descobrir o que levou à agressão contra a companheira. Percebemos a existência de uma base machista dentro das relações, em que o homem não pode demonstrar sentimentos, deve ser o mais forte, o ‘monstro’. E o resultado disso aparece na violência doméstica”, avaliou Michelle.

A juíza Tatiane Moreira Lima disse que não conseguiu apoio do poder público para a iniciativa. Então, decidiu, com os psicólogos, começar por contra própria, com a estrutura disponível do fórum criminal.

“Todas as terças-feiras, das 18 horas às 20 horas, havia os encontros. E o resultado foi muito positivo. Imaginávamos um número bem menor de for-

mandos nesta primeira turma”, comentou a magistrada.

Segundo ela, foi importante para o homem encontrar um espaço para falar sobre suas dúvidas, medos. Além disso, havia o esforço de entender o motivo e as consequências da violência doméstica. “Via de regra, o homem só é ouvido na delegacia e no fórum. E justamente essa ‘falta de voz’ reforça o preconceito de que eles não podem demonstrar sentimentos ou fraquezas. Numa relação em crise, é preciso reforçar as duas pontas”, diz.

**Novas turmas.** Os primeiros formandos foram selecionados com base em alguns critérios: haviam praticado crimes de lesão corporal leve, tinham idade média de 40 anos e eram agressores primários. Dos oito, apenas um não havia sido condenado pela Justiça.

“Não existe perfil básico de agressor. A violência é democraticamente perversa”, diz Tatiane. Uma nova turma, de acordo com ela, será iniciada no segundo semestre. “A nossa intenção é ampliar a ideia para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Prefeitura.” /A.H.

19 MAR 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### **TJ vai decidir se réus na ação da Boate Kiss vão a júri**

O Tribunal de Justiça gaúcho decidirá se os quatro réus do processo principal que apura as responsabilidades do incêndio na boate Kiss, em janeiro de 2013 vão a júri popular. Dois sócios do local e dois membros da banda que se apresentava no dia estão entre os acusados de homicídio duplamente qualificado.

### **Gays podem adotar criança de qualquer idade, diz STJ**

O Superior Tribunal de Justiça negou pedido do Ministério Público do Paraná que queria fixar idade mínima de 12 anos para crianças serem adotadas por casais homossexuais. A promotoria queria impedir um interessado em adotar crianças de até três anos.



20 MAR 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Ineficiência penal gerou "país de ricos delinquentes"

O Direito Penal brasileiro é ineficiente e não consegue atingir aqueles que ganham mais de cinco salários mínimos. Isso fez com que tivéssemos um "país de ricos delinquentes", onde a corrupção é o modo natural de se fazer política e negócios no país. Essa é a opinião do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso.

Em palestra na manhã desta sexta-feira (17/3) na PUC-Rio, na capital fluminense, Barroso afirmou não acreditar que seja possível mudar o mundo com mais Direito Penal e repressão. A seu ver, isso é feito por meio de educação e distribuição de renda. Contudo, um sistema criminal como o brasileiro não exerce sua função preventiva, porque nenhum rico é punido, apontou. E isso, segundo ele, precisa mudar.

"Ninguém quer um Estado policial. Queremos que seja preservado o devido processo legal e o direito de defesa. Mas queremos um Estado onde as pessoas sejam devidamente punidas. Um Estado que puna os empresários que fraudem licitações, os operadores do mercado financeiro que lucrem com insider trading, os gestores de fundos de pensão que desviem recursos.

20 MAR 2017

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Direito autoral protege obra, mas não ideias na qual ela se baseia

A Lei de Direitos Autorais foi pensada para garantir ao autor de obras literárias e científicas o monopólio do direito de exploração sobre o texto produzido, mas não as ideias que lhe serviram de base, bem como a bibliografia de que se valeu para pesquisa.

Seguindo esse entendimento do ministro Paulo de Tarso Sanseverino, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou pedido de uma professora que acusava a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de plagiar sua dissertação de mestrado em um programa de pós-graduação sobre a história literária dos vampiros.

Na ação, a professora alegou violação da Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98), afirmando que a criação da disciplina de pós-graduação foi fruto de plágio da pesquisa que realizou para a elaboração de sua dissertação de mestrado na mesma instituição, e que também foi apresentada em alguns eventos acadêmicos. Disse que até a bibliografia utilizada em seu trabalho foi adotada pelo programa de pós-graduação. Além de pedir o fim do programa da Faculdade de Letras, a recorrente pretendia ser indenizada em R\$ 100 mil por danos morais.

Em primeiro e segundo graus, a pretensão foi rejeitada. No STJ, o ministro relator do recurso,

Paulo de Tarso Sanseverino, destacou que a Lei de Direitos Autorais foi pensada para garantir ao autor de obras literárias e científicas o monopólio do direito de exploração sobre o texto produzido, mas não sobre as ideias.

No caso analisado, segundo o ministro, não há comprovação de cópia do trabalho ou de trechos dele, apenas a constatação de que o curso de pós-graduação oferecido versa sobre o mesmo assunto: a história literária dos vampiros.

O ministro lembrou que o artigo 8º da lei dispõe expressamente que as ideias não estão abarcadas no conceito de direito autoral: “O ordenamento protege apenas e tão somente a forma de expressão utilizada na obra, e não a ideia nela contida, que se encontra em domínio público e pode ser por todos utilizada.”

“Se ideias fossem apropriáveis por aquele que primeiro as tivesse, haveria, sem dúvida, um engessamento das artes e das ciências, cujo desenvolvimento dependeria, sempre, da autorização de quem previamente detivesse o direito àquela ideia”, declarou Sanseverino.

Quanto à bibliografia, o ministro disse que é assegurada a proteção quando, por sua disposição, seleção e organização, possa configurar criação intelectual, nos termos do artigo 7º, inciso XIII, da Lei 9.610/98. Mas essa proteção, ressaltou, “não abarca, de forma alguma, os dados ou materiais em si mesmos”.

“Ainda que se entenda que a bibliografia de seu trabalho também goza da proteção como direito autoral — o que, em si, já é discutível —, ela não pode pretender impedir a utilização das obras ali constantes, que por ela também foram consultadas, na disciplina criada no programa de pós-graduação, porquanto a ela não pertencem”, afirmou o relator.

“A própria autora, na pesquisa que realizou no curso de seu mestrado e para a qual foi bolsista, certamente se valeu de outros estudos, sendo no mínimo injusta e desprovida de respaldo legal a sua tentativa de impedir que outros alunos e pesquisadores se beneficiem das mesmas obras a que teve acesso”, concluiu Sanseverino.

20 MAR 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### MPF é contra julgamento de Cunha ser no Rio de Janeiro

O Ministério Público Federal (MPF) posicionou-se contra a possibilidade de o julgamento do ex-deputado federal Eduardo Cunha ser realizado no Rio de Janeiro. Cunha responde a processo por corrupção passiva e lavagem de dinheiro relativo à compra de navios-sonda pela Petrobras e atualmente está preso em Curitiba.

Em nota divulgada na sexta-feira, a Procuradoria Regional da República da 2ª Região ressaltou que a ação penal deve tramitar na 13ª Vara Federal de Curitiba, por ser o juízo natural. O MPF manifestou-se ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e refutou o argumento da defesa do ex-deputado, de que o processo deveria ser distribuído a uma das varas federais no Rio por ser o local onde teriam ocorrido os crimes contidos na acusação.

Para a Procuradoria, a competência para o caso ser julgado em Curitiba já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quando desmembrou a ação em relação a Cunha e à ex-deputada federal Solange Almeida, que tinham foro por prerrogativa de função à época, e remeteu o caso para três outros réus – Fernando Soares, Júlio Camargo e Nestor Cerveró – serem julgados na 13ª Vara Federal daquela cidade.

“Do ponto de vista processual, a apuração aberta contra Eduardo Cunha e Solange Almeida apenas tramitou no Supremo Tribunal Federal, e não na 13ª Vara Federal de Curitiba, em razão da situação processual particular do foro por prerrogativa de função então ostentado pelos acusados”, afirmou a procuradora regional da República Neide Cardoso, do Núcleo Criminal de Combate à Corrupção.

O recurso por agravo regimental de Cunha e a manifestação do MPF, protocolada na quinta-feira, estão sob análise do desembargador Paulo Espírito Santo, do TRF.

### Lava Jato completa três anos de investigações com 260 acusados

Na sexta-feira, a maior operação de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro do país completa três anos. Tudo começou com quatro investigações da Polícia Federal: Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato. As três primeiras são nomes de filmes clássicos, escolhidos de acordo com o perfil de cada doleiro investigado. A última fazia referência a uma lavanderia e a um posto de combustíveis em Brasília, que eram usados pelas organizações criminosas. Desde então, já se foram 38 fases da Operação Lava Jato. Nesse período, os investigadores apuraram

fatos relacionados a empreiteiras, doleiros, funcionários da Petrobras e políticos.

De acordo com dados do Ministério Público Federal no Paraná atualizados em fevereiro, foram 57 acusações criminais contra 260 pessoas, sendo que em 25 já houve sentença por crimes como lavagem de dinheiro, corrupção, organização criminosa e tráfico transnacional de drogas. Até agora, a Lava Jato conseguiu recuperar R\$ 10 bilhões aos cofres públicos, entre valores que já foram devolvidos ou estão em processo de recuperação.

# GAZETA DO POVO

## Operação Carne

### Fraca atinge

### mercado de

# R\$ 180 bilhões

18 MAR 2017

19 MAR 2017

Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de bovinos, suínos e aves do mundo. Empresas líderes do setor são alvo da operação

*Flavio Bernardes e Gabriel Azevedo, com agências*

● A Polícia Federal (PF) lançou nesta sexta-feira (17) uma operação gigante contra uma rede formada por fiscais agropecuários e grandes frigoríficos para vender carne e outros alimentos adulterados, tanto para consumo interno como para exportação. A ação atingiu em cheio a maior empresa de carnes do mundo: a JBS (dona das marcas Friboi e Seara), além da BRF (Sadia e Perdigão) e outros médios e pequenos frigoríficos; e respingou em todo o setor, que movimentava cerca de R\$ 180 bilhões e gera mais de 7 milhões de empregos no Brasil.

O impacto econômico foi imediato. As ações da JBS e BRF derreteram no pregão desta sexta-feira na BM&F Bovespa, que fechou em baixa de 2,39%. As ações da BRF caíram 7,25%, enquanto os papéis da JBS tiveram perdas de 10,59%.

Mas a preocupação do setor vai muito além da saúde financeira das duas gigantes. O país é o segundo exportador de carne bovina do mundo e o maior de frango, além de ocupar o quarto lugar nos embarques de suínos. Juntos, os três segmentos responderam por 6,9% das exportações do Brasil em 2016 ou R\$ 11,6 bilhões. O país também tem o maior rebanho comercial de gado bovino do mundo, com 214 milhões de cabeças.

Na avaliação do coordenador do Laboratório de Pesquisas em Bovinocultura da UFPR (Lapbov), Paulo Rossi, por causa da crise econômica, a situação dos frigoríficos brasileiros não era das melhores; e a operação da Polícia Federal pode agravar a situação. “A cadeia não vive um momento bom. Por causa da crise, o consumo caiu e uma notícia dessas não melhora em nada a situação”, explica. Atualmente, o consumo médio per capita de carne bovina do brasileiro gira em torno de 35 quilos por habitante. “Está dentro da média histórica, mas há poucos anos estava girando em torno dos 40 quilos. E esses cinco quilos fazem muita diferença para a cadeia produtiva”, afirma.

Segundo Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exteriores sócio da Barral M. Jorge, a situação é preocupante. “Pessoalmente, acredito que as irregularidades sejam pontuais e

devem ser investigadas. Mas é muito ruim para nossa imagem, para nossa reputação. Muitos países podem rever as exigências [fitossanitárias] e pedir para enviar equipes próprias para fiscalização”, afirma.

No comércio internacional de carnes, cada país apresenta exigências específicas, a certificação de venda é individual. É comum que cada nação envie de tempos em tempos equipes próprias para fiscalização nos frigoríficos brasileiros. Atualmente o Brasil exporta carne bovina para mais de 140 países. “Não será surpresa se algum país suspender as importações de carne brasileira”, avalia José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

Para o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, Francisco Turra, o Brasil não deve sofrer consequências por causa da operação policial. “São casos isolados. O país é referência para o mundo na questão sanitária. Nós vendemos para o mundo inteiro, somos constantemente inspecionados por delegações estrangeiras.”

**CONTINUA**

## GRAVAÇÃO DE SERRAGLIO

O ministro da Justiça, Osmar Serraglio (PMDB), foi flagrado em gravação da PF tentando interferir em uma fiscalização sobre um frigorífico em Iporã, no interior do Paraná. Na ligação, o então deputado chama o ex-superintendente do Mapa Daniel Gonçalves Filho, suposto chefe do esquema, de "grande chefe". O material referente a Serraglio será remetido para avaliação da Procuradoria-Geral da República. O ministro negou qualquer irregularidade.

### ADULTERAÇÃO E PROPINA Denúncia de fiscal originou investigação

● A denúncia de um fiscal agropecuário federal do Paraná, que sofreu uma série de punições de seus superiores por não participar de esquema de corrupção, foi a origem da investigação da Operação Carne Fraca, que resultou na prisão de executivos das maiores empresas de carne animal do país e revelações sobre a venda de carne imprópria para consumo humano. Daniel Gouvêa Teixeira era lotado na Superintendência Federal da Agricultura no Paraná, como chefe substituto do Serviço de Inspeção de Produto de Origem Animal. Durante as atividades de fiscalização verificou que havia um esquema de corrupção envolvendo frigoríficos de carne suína. Há pouco mais de dois anos Teixeira entregou às autoridades gravações de reuniões e também provas de que os chefes do serviço de inspeção faziam "acerto" para que a empresa continuasse atuando "às margens da ilegalidade".

### Investigação ganha corpo e contornos de nova Lava Jato

João Frey

● Não é coincidência que a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, tenha sido deflagrada no aniversário de três anos da Lava Jato. O delegado Maurício Moscardi Grillo, que conduziu as investigações sobre a adulterações de carnes em frigoríficos, confirmou que a data foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção da sociedade "para o descaso que temos na área de corrupção sistêmica e endêmica no nosso país". Além do fato de a investigação ter sido feita pela PF do Paraná, há outros paralelos entre os dois esquemas de corrupção.

#### Grande empresas

Assim como na Lava Jato, a Carne Fraca começa a descortinar um esquema de corrupção envolvendo a participação ativa de grandes empresas de setores importantes da economia nacional. A propina paga por empreiteiras para obter contratos de obras foi substituída, neste caso, por valores pagos para que fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fizessem vista grossa para irregularidades na produção de carne.

Na BRF, conforme aponta a investigação da Polícia Federal, parece haver um departamento dedicado exclusivamente às relações corruptas com os fiscais do Mapa — operação similar à que foi identificada no Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht.

"No caso da BRF, existe uma coordenação, na verdade uma gerência, que não fica muito claro para a gente o que ela faz senão esses contatos escusos, porque é uma gerência que cuida de assuntos institucionais e governamentais. [...] Toda a relação desse servidor dentro do cargo dele é exatamente falar do cargo mais baixo de um fiscal até o cargo mais alto de um ministério. Então você vê que ele tem um acesso pleno a toda forma de poder", relata o delegado.

Roney Nogueira dos Santos, que era o gerente de Relações Institucionais e Governamentais da BRF, teve mandado de prisão preventiva cumprido pela PF na manhã desta sexta-feira (17).

#### Dinheiro para partidos

Outro ponto em comum entre as duas investigações é que nos dois casos o dinheiro da corrupção foi usado para financiar campanhas políticas. Ainda que o foco inicial da Carne Fraca não tenha sido identificar irregularidades eleitorais, a investigação esbarrou nesses casos.

"Uma parte do esquema criminoso dos agentes fiscais ajudava em campanhas políticas ligadas ao PMDB e ao PP. Isso é bem comum ao longo da investigação. Não foi aprofundado porque o nosso foco era saúde pública, corrupção e lavagem de dinheiro", afirmou o delegado responsável pela investigação.

O primeiro dia da Operação Carne Fraca também aponta que as investigações têm condições de desvelar novos atos de corrupção com base no que já foi descoberto até agora.

18 MAR 2017

19 MAR 2017

# GAZETA DO POVO

## O TOMBODAS GIGANTES

A operação Carne Fraca foi um baque para as duas maiores empresas do mundo no setor de carnes. Desde o começo da década, as duas gigantes cresceram vertiginosamente, com diversas aquisições internacionais e atingiram faturamentos bilionários.

## CONTINUAÇÃO

## EXTORSÃO

A rede de restaurantes Madero foi pressionada a pagar propina a fiscais do Mapa. Em depoimento à Polícia Federal, funcionários da empresa relataram episódios de extorsão e dificuldades para liberação de licenças sanitárias para funcionamento. Fiscais agropecuários chegaram a levar picanha, hambúrguer e filé mignon da fábrica do Madero, nos Campos Gerais, como propina. Depois de um tempo, começaram a exigir dinheiro. O caso Madero está entre as situações citadas no despacho do juiz federal Marcos Josegredi da Silva, que autorizou a operação.



	JBS	BRF
Funcionários	130 mil	110 mil
Ações	R\$ 10,72	R\$ 37,10
Receita	R\$ 170 bilhões	R\$ 33,7 bilhões

## MERCADO DE CARNES NO BRASIL

392  
frigoríficos  
credenciados

7 milhões  
de empregos

R\$ 176,6  
bilhões de  
movimentações  
no setor



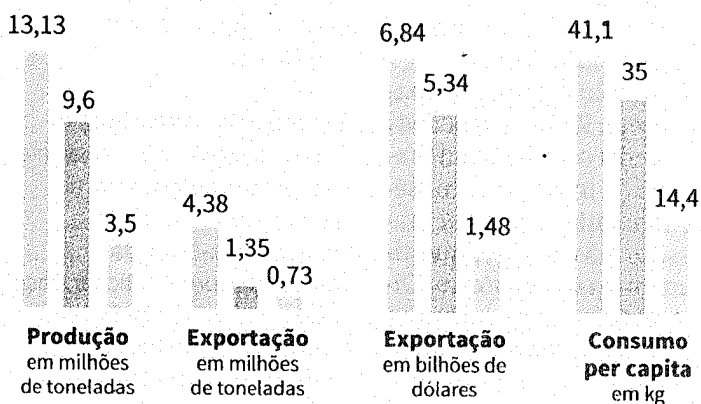
frango



bovinos



suínos



\*Valor Bruto da Produção Agropecuária (VPB) de 2016, considerando todos os segmentos da pecuária

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

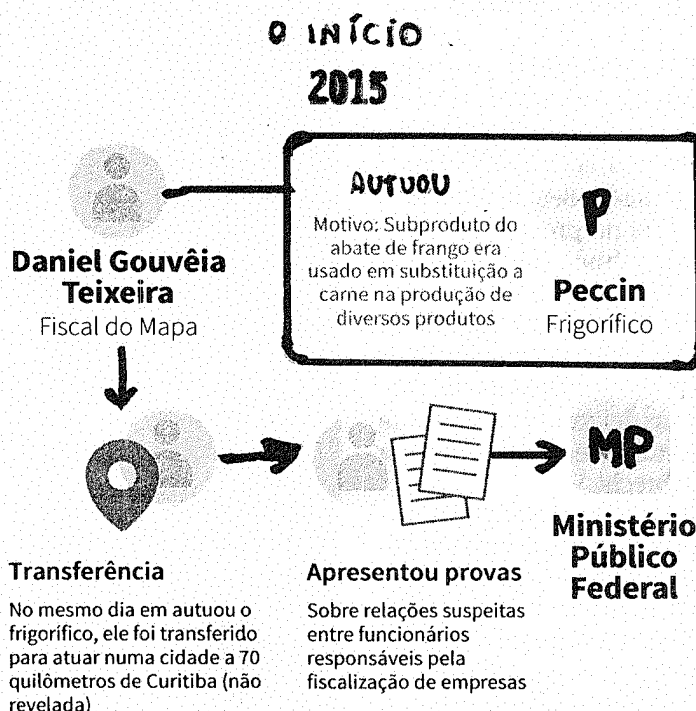
## CONTINUAÇÃO

18 MAR 2017

19 MAR 2017

### DENÚNCIA PARTIU DO PARANÁ (DE NOVO!)

Assim como a Operação Lava Jato, que começou com uma investigação aberta no Paraná há três anos, também a Operação Carne Fraca foi iniciada a partir de uma denúncia feita aqui no estado:



### Investigação

Teixeira apresentou indícios de que "laranjas" eram usados como proprietários de empresas e de imóveis que pertenceriam, na verdade, aos responsáveis pela fiscalização do **Mapa**.

O depoimento dele e de mais duas funcionárias de frigoríficos, que confirmaram irregularidades, embasam o processo que pediu a quebra de sigilo fiscal e também a grampos. E foram essas informações que permitiram que a investigação concluisse que o esquema era muito maior e não ficava restrito ao Paraná.

### Irregularidades

- Indícios de enriquecimento ilícito e patrimônio incompatível com a renda.
- Venda de carne fora dos padrões (vencida, acrescida de produtos para disfarçar a composição, etc) com a convivência de chefes e técnicos do **Mapa**.
- Laboratórios que deveriam averiguar a qualidade da carne também fariam parte do esquema.

### CONEXÃO PARANÁ

#### Daniel Gonçalves Filho

Foi superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná. Receberia dinheiro e favores para liberar a atuação irregular de frigoríficos



**Maria do Rocio Nascimento**  
Chefiava o Serviço de Inspeção de Produto de Origem Animal/SIPOA no Paraná

É acusada de comandar o esquema junto com Daniel, também recebendo dinheiro e favores

**Intermediários**  
relação entre os frigoríficos e os fiscais do Mapa

<b>Flavio Evers</b> Cassou	<b>Ronei Nogueira</b> Dos Santos
<b>Seara</b> representante	<b>BRF</b> Gerente de Relações Institucionais e Governamentais

### CONEXÃO GOIÁS

#### Francisco Carlos De Assis

Foi superintendente do Ministério da Agricultura em Goiás. Receberia dinheiro e favores para liberar a atuação irregular de frigoríficos



**Dinis Lourenço Da Silva**  
Chefiava o Serviço de Inspeção de Produto de Origem Animal/SIPOA em Goiás

É acusado de comandar o esquema junto com Francisco, também recebendo dinheiro e favores

**Intermediários**  
relação entre os frigoríficos e os fiscais do Mapa

<b>Welman</b> Paixão Silva	<b>Ronei</b> Nogueira Dos Santos
<b>Oliveira</b> JBS	<b>BRF</b> Gerente de Relações Institucionais e Governamentais

# GAZETA DO POVO

## CELSONASCIMENTO

18 MAR 2017

19 MAR 2017

### Carne fraca, terra arrasada, fim do mundo... que nome dar?

**C**A semana foi cheia de acontecimentos nada edificantes para a política e políticos paranaenses. Como num efeito dominó, peças sobre peças foram caindo na vala comum dos mal-feitos que operações conduzidas pela Polícia Federal, Ministério Público e Justiça Federal trouxeram a público. O cenário parece de terra arrasada — com o defeito de espalhar odores fétidos que, vindos de tantas origens, acaba por embasar o foco. O balanço é triste:

● A semana começou com a revelação de que Beto Richa foi citado na Lava Jato. Seu nome constou da segunda lista de Janot, divulgada terça-feira (14), fruto das delações do “fim do mundo” feitas por 77

executivos da Odebrecht. Os motivos não foram revelados, mas ele próprio presume que dizem respeito a doações para caixa 2. Beto está tranquilo: todas as doações foram captadas por pessoas de sua estrita confiança, que são regulares e que se responsabiliza por tudo.

● No terceiro aniversário da Lava Jato, a PF deflagrou na sexta-feira (17) a Operação Carne Fraca, a maior de sua história. Mais de mil agentes cumpriram prisões, conduções coercitivas, buscas e apreensões, trazendo à tona um mega esquema de fraudes, propinas e extorsões praticadas por fiscais agropecuários para beneficiar alguns dos maiores frigoríficos do país em seis estados. Enquanto o povo comia carne podre, fiscais, empresários e políticos se locupletavam. Nem mesmo o ministro da Justiça, o deputado paranaense Osmar Serraglio (PMDB), escapou de uma menção constrangedora: foi grampeado pedindo proteção a um “grande

chefe” para um dono de frigorífico.

● Também na sexta (17), o Gaeco denunciou dez pessoas por organização criminosa por fraudar licitações do transporte coletivo em Guarapuava, outras cidades do Paraná, Brasília e vários municípios do país. A maioria dos envolvidos — escritórios de advocacia, empresas de engenharia e agentes públicos — teve participação também na licitação do transporte de Curitiba, de 2010. A Operação Riquixá não chegou (ainda) a desdobrar as investigações sobre o que aconteceu em Curitiba, apesar dos indícios.

● Enquanto isso, prossegue a greve dos ônibus de Curitiba, com todos os seus horrores — desde atos de vandalismo e sequestro de veículos perpetrados pelos grevistas até, o que é ainda pior, graves transtornos à população. Parece ser apenas uma discussão trabalhista entre patrões e empregados, mas é bom lembrar que a administração e a manutenção da normalidade do sistema cabem à prefeitura. E o que se vê de sua parte é a inércia; não há real demonstração de vontade para defender o interesse público, nem se ouviu uma única palavra do prefeito Rafael Greca a respeito — que na campanha prometia resgatar a qualidade do transporte curitibano. A rapidez só foi notada quando do aumento da passagem de R\$ 3,70 para R\$ 4,25. Sem acordo entre as partes, novas rodadas de negociação foram marcadas para a próxima terça. Não é o fim do mundo?



18 MAR 2017

19 MAR 2017

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO



18 MAR 2017

GAZETA DO POVO

LavaJato 19 MAR 2017

# é a grande chance de transformação do Brasil,

## diz Dallagnol

**“As esperanças de transformação não estão na justiça, e sim na população e no Congresso.”**

“Precisamos de reformas que façam com que as pessoas sejam punidas, não só na Lava Jato, mas nos outros 97% dos casos que produzem hoje impunidade.”

Kelli Kadanus

## ENTREVISTA

Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba.

**A** Lava Jato completou três anos na sexta-feira (17) com a cobrança clara por reformas na legislação brasileira que possam auxiliar no combate efetivo à corrupção. Para o procurador do Ministério Público Federal Deltan Dallagnol, esta é “a grande chance de alcançarmos alguma transformação” no país. “Depois de um imenso escândalo de corrupção que quebra todos os parâmetros, todo o resto vai parecer pequeno e não vai ser capaz de levantar energia para as reformas necessárias”, disse, em entrevista à *Gazeta do Povo*.

**A Lava Jato acaba de completar 3 anos. Que o balanço faz até aqui em relação aos crimes descobertos?**

A investigação começou com um esquema de lavagem de

dinheiro, relacionada a crimes financeiros praticada por [Alberto] Youssef e outros doleiros, evoluiu para a corrupção na Petrobras, transbordou a Petrobras indo para a Eletro nuclear, Ministério da Saúde, Caixa Econômica Federal, Ministério do Planejamento, e hoje tem a perspectiva de evoluir para dezenas de outros órgãos públicos federais e estaduais com a delação da Odebrecht. Foram detectadas fraudes a licitações, cartel e corrupção em relação a diversos contratos de obras públicas em inúmeros órgãos, corrupção para liberação de recursos de empréstimos, corrupção para influenciar na aprovação de leis e normas, se descobriu ainda o pagamento de subornos para contratação de empresas de marketing, para contratação de empresas de mão de obra terceirizada e ainda para obstruir trabalhos de investigação em Comissões Parlamentares de Inquérito. O seja, existe uma gama bastante variada de tipos de corrupção que foram praticados e descobertos.

**Desde que a Lava Jato chegou a figuras importantes das classes política e empresarial existe uma movimentação para frear a investigação. O que pode efetivamente atrapalhar a operação?**

As duas maiores pedras que foram colocadas no nosso caminho foram a tentativa de aprovação da anistia ao caixa dois, que na verdade era uma anistia à corrupção, e a aprovação na Câmara e encaminhamento ao Senado do projeto de lei da intimidação, que objetivava cercear a atividade de membros do Ministério Público e do Judiciário. Isso nos preocupa ainda mais quando vemos o que aconteceu na Itália, onde houve uma substituição de pautas de reforma por uma pauta de discussão de alegados abusos e excessos praticados no Judiciário e no Ministério Público. Ou seja, ao invés de a Itália passar por reformas, eles [investigados] conseguiram substituir por uma pauta de contenção do trabalho da Justiça na apuração e processamento de crimes graves.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

18 MAR 2017  
19 MAR 2017

### **Preocupa que no Brasil se siga o mesmo caminho?**

Preocupa, porque essa é a nossa grande chance de alcançarmos alguma transformação. E se ela não for alcançada, a gente não vai ter mudanças nos próximos 20, 30 anos, porque depois de um imenso escândalo de corrupção que quebra todos os parâmetros, todo o resto vai parecer pequeno e não vai ser capaz de levantar energia para as reformas necessárias, ainda mais se a população se frustrar por essas reformas não terem sido feitas nesse momento. A gente não pode cometer o mesmo erro da Itália, que foi colocar excessivamente as esperanças no Judiciário. As esperanças de transformação não estão na Justiça, e sim na população e no Congresso.

### **A que o senhor atribui o engajamento da sociedade em defesa da Lava Jato? O que há de diferente do mensalão, por exemplo?**

O mensalão tratava de milhões; a Lava Jato trata de bilhões. O mensalão tratava de dezenas de pessoas; a Lava Jato trata de centenas de pessoas. O mensalão tratava de contratos em alguns órgãos, em alguns espaços em que houve prática de ilícitos; na Lava Jato a corrupção é sistêmica, enraizada, histórica, ela vem de décadas atrás e está espalhada em diversos órgãos públicos. O que a Lava Jato fez foi trazer um problema muito grave à tona, foi fazer um diagnóstico de uma doença extremamente pernicioso para o país e isso naturalmente gera uma reação da sociedade muito maior. O que não pode acontecer é que a sociedade se acostume com esse mal, que se dessensibilize com o passar do tempo e deixe de exigir, de pedir, de clamar pelas reformas necessárias para que esse tipo de situação pare de existir.

### **A transparência das investigações também contribuiu para essa indignação?**

Como disse um juiz norte-americano, a luz do sol é o melhor desinfetante. A transparência contribuiu com esse cenário, sem dúvidas. Um cuidado que devemos ter é não nos perdermos nas árvores e perder de foco a floresta. Mais do que processar casos específicos de corrupção, nós precisamos ver o sistema. O sistema não funciona e a gente precisa consertar esse sistema. Se a gente se perder nas árvores o que a gente vai ter eventualmente, se a gente tiver sucesso, é a punição de algumas pessoas que praticaram crimes, é a recuperação de algum dinheiro desviado, mas esses desvios vão continuar acontecendo por debaixo dos panos, como aconteceu depois do mensalão. No mensalão as pessoas acharam que ia mudar tudo, e não foi o que aconteceu.

### **O que esperar da Lava Jato para os próximos anos?**

A minha maior expectativa pessoal é que isso resulte em reformas. O caso já produziu resultados maiores que qualquer outro caso na história. A grande diferença que podemos ter no futuro são reformas que façam com que as pessoas sejam punidas, não só na Lava Jato, mas também nos outros 97% dos casos que produzem hoje impunidade. As prisões servem para estancar crimes em andamento, mas elas não produzem por si só as transformações dos incentivos, a redução dos incentivos no sistema político à corrupção.

18 MAR 2017

# GAZETA DO POVO

• DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO

19 MAR 2017

## Os Diários Secretos, sete anos depois

Escândalo sobre funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa rendeu 22 processos, mas a maior parte dos casos ainda está em fase de investigação

*Katia Brembatti*

● Já faz sete anos que veio à tona um escândalo com desvios milionários na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), por meio de contratação de funcionários fantasmas e falsificação de documentos. O caso dos Diários Secretos — publicado pela *Gazeta do Povo* e pela RPC em março de 2010 — tem como um dos saldos uma pilha de processos judiciais, algumas condenações em primeira instância e muito dinheiro bloqueado para tentar ressarcir os cofres públicos, lesados em mais de R\$ 250 milhões, pelos cálculos do Ministério Público, considerando os valores da época.

Tantos anos depois, o caso continua exigindo esforços de promotores e procuradores. Há ainda 13 inquéritos públicos que continuam em fase de investigação. A maior parte dos procedimentos apura a responsabilidade de deputados ligados às secretarias e vice-presidências da Assembleia, que ocuparam os cargos até 2010, sob a suspeita de terem contratado funcionários fantasmas. Há também duas investigações que estão sob sigilo.

Além das denúncias que continuam em investigação, o caso rendeu 22 ações judiciais, sendo 14 processos cíveis e outros oito criminais. As demandas na esfera pública estão centradas na apuração de improbidades administrativas (quando o gestor ou funcionário é responsável por ilegalidades na administração dos recursos públicos). Apenas uma ação já foi concluída: aquela que determinava a publicação, na internet, de todos os diários oficiais que deveriam ter sido divulgados entre 2005 e 2010. É que até então os documentos oficiais eram impressos apenas quando havia conveniência, sem que houvesse um local em que pudessem ser consultados.

Já a maior parte dos casos de improbidade administrativa, que envolvem a contratação de famílias fantasmas (como os Oliveira e os Leal, com uma dúzia de parentes contratados em cargos de alto salário, sem precisar em que área atuavam), está na Justiça em fase de alegação finais — quando já foram apresentadas provas e colhidos depoimentos. A ocultação de nomes na lista de funcionários da Alep e a contratação de pessoas para cargos de chefia que nunca exerceram a função também são alvo de ações judiciais. Em quatro processos há bloqueio de bens e de contas bancárias de servidores e deputados, no valor de mais de R\$ 200 milhões, para tentar assegurar a devolução do dinheiro aos cofres públicos.

Há ainda as ações criminais, que podem resultar em prisão para os envolvidos. Os oito processos estão caminhando em ritmos bem distintos. Enquanto uma dezena de funcionários fantasmas foi condenada e alguns estão cumprindo pena, deputados e chefes ainda não foram julgados.

Acusado pelo Ministério Público de comandar o desvio na Assembleia, o ex-diretor-geral Abib Miguel, conhecido como Bibinho, responde a quatro ações criminais. Duas estão ainda no “meio” e duas, em que ele havia sido condenado a 37 anos de prisão, foram revogadas. Com a alegação de cerceamento do direito de defesa, já que o julgamento seguiu mesmo com a ausência do advogado de Bibinho,

Acusado de comandar o desvio na Assembleia, o ex-diretor-geral Abib Miguel responde a quatro ações criminais.

que teria outros compromissos nos dias em que ele deveria ser ouvido em depoimento, o Tribunal de Justiça decidiu que o ex-diretor teria direito a ser julgado novamente. Sendo assim, os casos voltaram à fase de instrução. Bibinho passou mais de dois anos na prisão, mas ganhou o direito de esperar a decisão em liberdade.

Outro que também responde a ação criminal ainda sem previsão de sentença é o deputado estadual Nelson Justus (DEM), que era presidente da Assembleia à época em que o escândalo de desvio veio a público. Por ter foro privilegiado, ele responde à acusação no Tribunal de Justiça, que levou dois anos para aceitar a denúncia do MP, em novembro de 2016.

18 MAR 2017

19 MAR 2017

# GAZETA DO POVO

## Sem acordo na Justiça, greve de ônibus continua pelo menos até terça em Curitiba

Laura Beal Bordin

● Quatro horas de audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) não foram suficientes para que motoristas e cobradores do transporte coletivo, empresas de ônibus, Urbse e Comec chegassem a um acordo sobre o reajuste dos trabalhadores. Uma nova audiência foi marcada entre as partes para a próxima terça-feira (21) na tentativa de buscar um novo acordo. Caso as partes não entrem em um consenso na próxima terça, o dissídio coletivo deve ir a julgamento.

Durante a reunião, não houve nova proposta do Setransp, sindicato patronal que continuou oferecendo um reajuste de 5,43% - índice da inflação. O Sindimoc, sindicato que representa os motoristas e cobradores pede 15% de aumento salarial e elevação do vale-alimentação de R\$ 500 para R\$ 977.

### Apelo por esforço

A desembargadora Marlene Suguimatsu, que comandou a audiência, pediu para que as partes conversem já na segunda-feira (20), na tentativa de encontrar uma saída para a greve. A magistrada pediu um esforço do Setransp, Urbse e Comec na tentativa de elevar a proposta. Ao mesmo tempo,

solicitou ao Sindimoc que repense o reajuste de 15% solicitado. "É preciso de haja um esforço de todos na tentativa de alcançar um acordo. Porém, é preciso trabalhar com patamares reais. Se tem visto poucos acordos em que os trabalhadores recebem um pequeno aumento real acima da inflação. Se a demanda for a julgamento, minha experiência diz que o aumento pedido não acontecerá", disse.

O Sindimoc informou que vai conversar com a categoria, mas que não fará assembleias antes da audiência marcada para terça-feira.

Durante a audiência, as partes discutiram longamente vários fatores que interferem no valor da tarifa de ônibus, mas pouco se falou sobre a possibilidade do aumento pedido pelos trabalhadores ser concedido. Enquanto o Sindimoc não abriu mão do porcentual, o Setransp não apresentou contraproposta além do índice da inflação.

R\$ 100  
MIL

É o valor da multa, por hora, estabelecida pela Justiça ao Sidimoc - sindicato que representa os motoristas e cobradores - em caso de descumprimento da liminar que garante 50% da frota circulando em horários de pico e 40% em horários normais.

15%

Esse é o porcentual de reajuste salarial pedido pelos motoristas e cobradores de ônibus de Curitiba. As empresas oferecem 5,43% - índice da inflação. Os trabalhadores também pedem elevação do vale-alimentação de R\$ 500 para R\$ 977.

# GAZETA DO POVO

BERENICE REIS LESSA

20 MAR 2017

## **Inclusão: a lei e a realidade**

**A** Lei 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão), em vigor desde janeiro de 2015, é aparentemente perfeita, abrangente e ousada. Mas o difícil é a sua aplicação nas situações práticas, principalmente no caso específico da garantia à acessibilidade tal como disposto no seu artigo 53, que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

Vários esforços têm sido feitos nessa direção. No entanto, a falta de acessibilidade por omissão dos que têm a obrigação de promover a cidadania dessas pessoas é predominante. O desconhecimento das características e condições das pessoas com deficiência é a principal agravante para não se atingir esse objetivo da lei. Muitos, até bem-intencionados, se propõem a cumprir a obrigação legal, mas sem qualquer conhecimento das razões motivadoras dessa lei.

Inviável pensar em cidadania quando vemos pessoas que se utilizam de cadeiras de rodas circulando pelas ruas em calçadas mal conservadas, inapropriadas ao exercício do direito de ir e vir — inclusive das pessoas sem qualquer deficiência. De que adianta o acesso à cultura, com a redução dos ingressos em teatros, casas de espetáculos e cinemas para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, se não há estrutura interna acessível por meio de rampa, corrimão, banheiros adaptados, elevadores adequados e pessoas treinadas para interagir com os surdos?

De que adianta a obrigatoriedade do preenchimento das cotas de empregos se não há por parte das empresas ações práticas e necessárias para a inclusão dessas pessoas em funções compatíveis com suas capacitações profissionais, e se não há interesse dos empregadores em treinar os seus colaboradores para receber esses colegas, sabendo como tratá-los e conviver com eles?

De que adianta obrigar as escolas, principalmente as de ensino básico e fundamental, a matricular pessoas com deficiência se não há professores devidamente capacitados para lidar ou mesmo adaptar a metodologia para esses pequenos cidadãos com limitações intelectuais e neurológicas?

De que adiantam tantos direitos se não podem ser exercidos no cotidiano do trabalho, saúde, educação, comunicação, transporte e lazer, como qualquer outra pessoa sem deficiência?

Acredito que uma ação específica poderia ajudar a amenizar a falta de interesse de muitos que são obrigados a prestar esse atendimento. Nesse sentido, quem sabe uma fiscalização sistemática dos poderes competentes para aplicação efetiva dessa lei poderá fazer a diferença? Pois hoje, muitas vezes, somos levados a nos sentir impotentes diante de tantos descompassos da lei com a realidade que se apresenta.

**Berenice Reis Lessa**, advogada especialista em Direito Previdenciário e escritora, é presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/PR.

20 MAR 2017

# GAZETA DO POVO

## Lava Jato já gerou 12 “filhotes” em 3 anos

Operações realizadas em outros estados tiveram como base informações colhidas durante investigações da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba

*Kelli Kadanus*

● A Lava Jato comemorou, na sexta-feira passada, dia 17, três anos desde a deflagração com um número significativo de fases ostensivas: desde 2014, foram 38.

O número, porém, pode subir se forem levadas em conta as fases deflagradas em Brasília com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) e os “filhotes” espalhados pelo país. Até agora, pelo menos 12 operações em outros estados tiveram a Lava Jato como ponto de partida.

Em 2015, o STF decidiu fatiar as investigações da Lava Jato e remeter a outros estados informações que não fossem diretamente ligadas à Petrobras. Naquela ocasião, a Lava Jato em Curitiba “perdeu” as investigações referentes à Eletronuclear — que foram para o Rio de Janeiro — e do Ministério do Planejamento, que foram para

São Paulo. Desde então, a força-tarefa da capital paranaense tem contribuído com outras espalhadas pelo Brasil com o compartilhamento de informações.

“Assim que a gente se depara com algum fato que não tenha uma conexão direta [com a Petrobras], isso é submetido ao juízo para haver um compartilhamento”, explica a delegada da Polícia Federal Renata Rodrigues. “A gente vai dando tratamento à informação conforme ela vai aparecendo”, completa. A delegada destaca, ainda, que o número de “filhotes” da Lava Jato pode aumentar. “Certamente há outros filhotes em processo de amadurecimento”, diz Renata.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 MAR 2017

## ALISTA

Veja os filhotes da Lava Jato no país:

### OPERAÇÃO CRÁTONS

Foi a primeira operação da Polícia Federal deflagrada a partir do compartilhamento de provas obtidas na Operação Lava Jato. Através do monitoramento do doleiro Carlos Habib Chater – primeiro preso na Lava Jato e dono do Posto da Torre, em Brasília, que inspirou o nome da operação –, a PF chegou a uma quadrilha que extraía ilegalmente diamantes de uma área indígena em Rondônia. Ao todo, 11 empresários e indígenas foram presos na deflagração da operação, em 8 de dezembro de 2015.

### OPERAÇÃO VIDAS SECAS

A Operação Vidas Secas levou à prisão executivos da OAS, Coesa Engenharia e Galvão Engenharia no dia 11 de dezembro de 2015. A operação investigava superfaturamento em obras da transposição do Rio São Francisco. De acordo com investigadores, os empresários utilizaram empresas de fachada para desviar pelo menos R\$ 200 milhões. Os contratos investigados, até o momento, são de R\$ 680 milhões.

### OPERAÇÃO SANGUE NEGRO

Deflagrada em 17 de dezembro de 2015, a operação Sangue Negro tinha como alvo a empresa holandesa SBM. Segundo a PF, os pagamentos feitos por integrantes da SBM a funcionários da Petrobras eram depositados em contas na Suíça e variavam de R\$ 30 mil a R\$ 50 mil por mês. Esses valores, diz a polícia, foram pagos ao longo de vários anos, começando no fim da década de 1990, e teriam durado até 2012.

### OPERAÇÃO O RECEBEDOR

Deflagrada em 26 de fevereiro de 2016, a Operação O Recebedor, da Polícia Federal de Goiás, investigou pagamentos de propina a ex-diretores da Valec por empreiteiras contratadas para construir as ferrovias Norte-Sul e Integração Leste-Oeste. Também foram investigados crimes de cartel e lavagem de dinheiro, revelados pela Camargo Corrêa em um acordo de leniên-

cia no âmbito da Lava Jato. A empreiteira admitiu ter pago R\$ 800 mil em propina para um ex-diretor da estatal.

### OPERAÇÃO JANUS

Outro desdobramento da Lava Jato, a Operação Janus foi deflagrada em 20 de maio do ano passado e investigava se Lula praticou tráfico internacional de influência em favor da Odebrecht e facilitou ou agilizou a tramitação de financiamentos de interesse da empreiteira junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O ex-presidente, inclusive, já é réu na operação na Justiça Federal de Brasília.

### OPERAÇÃO TURBULENCIA

Deflagrada no dia 21 de junho de 2016, a Operação Turbulência investigava um suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a compra de um avião que caiu em agosto de 2014, causando a morte do ex-candidato à Presidência Eduardo Campos (PSB). O esquema pode ter servido para irrigar a campanha presidencial da chapa dele e de Marina Silva naquele ano. A Polícia Federal informou que a Operação Turbulência contou com informações compartilhadas da Operação Lava Jato. Segundo a PF em Pernambuco, base da Turbulência, foram utilizados dados reunidos pela força-tarefa da Lava Jato em Curitiba e também no âmbito da Procuradoria-Geral da República, cujos alvos são políticos com foro privilegiado.

CONTINUA



20 MAR 2017

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### OPERAÇÃO CUSTO BRASIL

Deflagrada no dia 23 de junho de 2016, a Operação Custo Brasil é fruto do primeiro desdobramento direto da Lava Jato pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A operação teve como objetivo apurar o pagamento de propina proveniente de contratos de prestação de serviços de informática, no valor de R\$ 100 milhões, entre os anos de 2010 e 2015, a pessoas ligadas a funcionários públicos e agentes públicos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O inquérito foi aberto em dezembro de 2015, após a decisão do Supremo de que a documentação recolhida na 18ª fase da Operação Lava Jato, conhecida como Pixuleco 2, fosse encaminhada para investigação em São Paulo.

### OPERAÇÃO TABELA PERIÓDICA

Em 30 de junho de 2016 foi deflagrada a Operação Tabela Periódica, desdobramento das investigações da Operação Lava Jato e nova etapa da Operação O Recebedor. O batismo da operação é uma referência ao nome que alguns dos investigados deram a uma planilha de controle em que desenhavam o mapa do cartel, contendo dados como a relação das licitações, a divisão combinada dos lotes, os números dos contratos, os nomes das empreiteiras ou consórcios que seriam contemplados, valores dos orçamentos da Valec, preços combinados, propostas de cobertura apresentadas apenas para dar aparência de competição e simulação de descontos a serem concedidos.

### OPERAÇÃO SAQUEADOR

Também deflagrada em 30 de junho do ano passado, a Operação Saqueador levou à prisão o bicheiro Carlinhos Cachoeira, o ex-diretor da empreiteira Delta Construções Cláudio Abreu, o empresário Fernando Cavendish e o lobista Adir Assad. Investigadores da Lava Jato auxiliaram na investigação, já que o esquema também foi

usado para lavar dinheiro. O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o uso de trechos da delação de executivos da Andrade Gutierrez.

### OPERAÇÃO CALICUTE

Braço da Lava Jato no Rio de Janeiro, a operação Calicute foi deflagrada no dia 17 de novembro do ano passado com a prisão do ex-governador do Rio Sergio Cabral (PMDB). A operação investiga o pagamento de propina por parte de empreiteiras por contratos com o setor público.

### OPERAÇÃO EFICIÊNCIA

Deflagrada no dia 26 de janeiro, a Operação Eficiência foi a segunda fase da Operação Calicute. O empresário Eike Batista teve a prisão preventiva decretada, assim como o ex-governador do Rio de Janeiro Sergio Cabral (PMDB), que já estava preso desde o ano passado. A PF investiga crimes de lavagem de dinheiro consistente na ocultação no exterior de aproximadamente US\$ 100 milhões. Também são investigados os crimes de corrupção ativa e corrupção passiva, além de organização criminosa.

### OPERAÇÃO TOLYPEUTES

Deflagrada no início da semana passada, a operação Tolypeutes investiga irregularidades em contratos da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. O diretor da Rio Trilhos e o subsecretário de Turismo foram presos pela Polícia Federal.

! “Parece que, para ser designado pelo meu partido [PMDB] a uma comissão, tem de ser denunciado pela Odebrecht.”

Roberto Requião, senador (PMDB).

20 MAR 2017

BEM PARANÁ

# Paraná tem mais de mil eleitores em duplicidade

Ivan Santos — Em todo o País, TSE identifica 22,5 mil títulos eleitorais com mais de uma inscrição na Justiça

O Tribunal Superior Eleitoral identificou mais de mil casos de pessoas envolvidas com duplicidade ou multiplicidade de impressões digitais no banco de dados dos eleitores cadastrados com biometria no Paraná. Isso acontece quando um mesmo eleitor tem mais de uma inscrição ou título eleitoral, ou quando mais de uma pessoa aparece com digitais iguais nos registros da Justiça. Em todo o País, o TSE encontrou 22,5 mil títulos eleitorais nessa condição, após cruzamento de dados pelo Sistema AFIS (sigla em inglês do Sistema Automático de Identificação de Impressões Digitais), tecnologia que permite fazer o batimento eletrônico das dez impressões digitais de cada eleitor cadastrado com as digitais de todos os eleitores registrados no banco de dados da Justiça Eleitoral.

As informações foram obtidas a partir da comparação das digitais dos mais de 50,8 milhões de eleitores cadastrados biometricamente no país. Utilizado pela Justiça Eleitoral desde 2014, o Sistema AFIS consegue comparar as impressões digitais relacionadas a 120 mil títulos eleitorais por dia. Como resultado da análise biométrica, o TSE aponta casos de duplicidade - quando uma mesma pessoa possui dois registros eleitorais - e de pluralidade - quando um eleitor tem três títulos ou mais.

## ELEITORES

**1.094**  
**inscrições**

em duplicidade  
foram encontradas  
no Estado do Paraná

De acordo com a última atualização da sistema, Alagoas é o estado que possui mais coincidências biométricas: 2.868, sendo 2.810 duplicidades e 60 pluralidades. Em seguida vêm São Paulo, com 2.377 coincidências (2.219 duplicidades e 162 pluralidades), e Rio Grande do Norte, com 1.963 ocorrências (1.942 duplicidades e 21 pluralidades).

No Paraná, foram encontradas 1.094 inscrições eleitorais em duplicidade e 31 pluralidades. O maior número de pluralidade de títulos de eleitor foi registrado no estado de Goiás: 462, sendo que apenas uma pessoa foi identificada com 52 registros eleitorais diferentes. Outros dois eleitores do estado foram detectados com 47 e 31 títulos diferentes, respectivamente. O Mato Grosso do Sul foi o com o menor número, apenas 41 casos de duplicidade e nenhum de pluralidade.

**Coincidências** - O sistema do TSE aponta quatro tipos de ocorrência de coincidências biométricas. A primeira dela é a chamada "falsa identidade", que ocorre quando uma mesma pessoa se registra junto à Justiça Eleitoral com documentos falsos (CPF, RG etc.), sendo incluída no Cadastro Nacional de Eleitores com nomes e filiações diferentes. Nesses casos, a confirmação de que se trata da mesma pessoa é feita pela observação das fotografias dos documentos.

O segundo tipo de ocorrência é o "duplo cadastramento". Isso ocorre quando um cidadão solicita a transferência do título eleitoral para outro domicílio, porém ele é cadastrado novamente pela Justiça Eleitoral em vez de ter sua inscrição transferida. A partir da observação das fotos, é possível constatar tratar-se da mesma pessoa com os mesmos dados biográficos, ou com pequenas diferenças nos dados biográficos.

O chamado "falso positivo" é outro tipo de ocorrência de coincidência biométrica identificado pelo sistema do tribunal. Ele ocorre quando o sistema aponta duas pessoas distintas em uma coincidência das impressões digitais de apenas um ou dois dedos.

**CONTINUA**

**20 MAR 2017**

## **BEMPARANÁ**

### **CONTINUAÇÃO**

Como o sistema é programado para ter um nível de tolerância extremamente baixo, mesmo que apenas uma dentre as dez digitais de uma pessoa coincida com a de outro eleitor, o AFIS emite um alerta para que o juiz eleitoral analise o caso.

Último caso de coincidência, o "erro de cadastramento" ocorre quando duas pessoas notadamente distintas possuem grande número de digitais em coincidência. Trata-se de caso no qual algum erro operacional durante o processo de cadastramento ou de registro dos dados biométricos fez com que as digitais de um eleitor fossem gravadas em banco de dados como se fossem de outra pessoa.

20 MAR 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

JÚLIO CÉSAR CARDOSO

## Cadê as feministas?

Causa perplexidade que os movimentos feministas comemorem o Dia da Mulher, com manifestações pelo país em defesa de suas causas, inclusive avançando na seara política para criticar o governo federal, sem ao menos esboçar reação contra, por exemplo, a libertação do ex-goleiro Bruno Fernandes, que foi condenado a 22 anos e três meses por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver de Elize Samúdio, e ainda por sequestro e cárcere privado do filho dela.

Por que as feministas não se manifestaram contra a soltura de ex-goleiro Bruno Fernandes, bem como contra o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, que autorizou a libertação de um criminoso? Eis uma questão ainda sem resposta das manifestantes feministas.

Por que também os movimentos feministas não fizeram protestos contra o gênero musical FUNK, cujas letras chamam as mulheres de animais, como “cachorra, potranca e égua”, sendo as danças sempre de encenação pornográfica e sexual?

Vê-se que os movimentos feministas, inclusive no Legislativo Federal, deixam de cumprir o seu papel em defesa da mulher, como nos casos acima abordados, para fazer proselitismo político e outras manifestações quaisquer.

Ao ensejo, aproveito a matéria para fazer alguns comentários acerca do valor constitucional do juizado de primeira instância. Pois bem, tem-se observado a pouca importância dada ultimamente às decisões de primeira instância, mormente quando se trata de casos envolvendo pessoas de status social elevado ou do mundo político, esportivo etc. Vejamos o caso do ex-goleiro Bruno Fernandes.

Condenado em primeira instância, o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, acolheu o pedido de libertação de seus advogados por razões de demora na apreciação do recurso contra a condenação. Não cabe aqui comentar as razões que levaram o ministro a determinar a libertação de Bruno. O que se observa é o total desrespeito à decisão do juizado de primeira instância, que condenou um indivíduo submetido a julgamento popular.

As decisões de primeira instância, emanadas de juizes concursados e tidos como conhecedores do Direito, deveriam merecer respaldo dos tribunais superiores até o julgamento final de um recurso, mantendo o condenado preso, senão, fica desmoralizada a decisão de primeira instância.

---

Júlio César Cardoso é bacharel em Direito e servidor federal aposentado.

# JORNAL DO ÔNIBUS

## BC bloqueia R\$ 2 mi de 46 investigados na Carne Fraca

Contas tinham valores diversos, que iam até mais de R\$ 500 mil

O Banco Central bloqueou cerca de R\$ 2 milhões de contas de 46 investigados na Operação Carne Fraca, deflagrada ontem pela Polícia Federal. A Justiça Federal determinou que o Banco Central fizesse o bloqueio de até R\$ 1 bilhão de cada uma das contas.

As contas bloqueadas tinham valores diversos, que iam de centavos a até mais de R\$ 500 mil. O valor de bloqueio de R\$ 1 bilhão era o teto estipulado pela Justiça, não significando a identificação desse valor durante as investigações.

A Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, desarticulou uma organização criminosa liderada por fiscais agropecuários que emitiam certificados sanitários sem fiscalização em troca de propina. Ao todo, cerca de 30 empresas fornecedoras de grandes frigoríficos estão sendo investigadas. Além disso, 33 fiscais federais também estão sob investigação.

Ainda segundo a PF, os frigoríficos envolvidos no esquema criminoso "maquiavam" carnes vendidas com ácido ascórbico e as reembalavam para conseguir vendê-las. A carne imprópria para consumo era destinada tanto ao mercado interno quanto à exportação. ■

20 MAR 2017

## Órgão arquiva ação por falsidade contra ex- presidente do TRF de SP

O Conselho da Justiça Federal (CJF) arquivou reclamação disciplinar requerida pelo Ministério Público Federal contra Roberto Luiz Ribeiro Haddad, ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo. A decisão foi unânime.

Haddad apresentou à Receita Federal, em 2001, uma declaração retificadora de Imposto de Renda contendo carimbo falso. O fato levou o Superior Tribunal de Justiça a abrir uma ação penal e a afastá-lo do cargo, em 2003 –também em decisão unânime.

O juiz retornou ao cargo em 2007, do qual se aposentou em 2013.

O relator da reclamação disciplinar, ministro Mauro Campbell, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), repetiu em seu voto os motivos que levaram o Supremo Tribunal Federal a extinguir a ação penal contra Haddad por crime de falsidade.

Campbell considerou que houve "perda da relevância penal" dos crimes de uso de documento falso e sonegação fiscal. O MPF não havia comprovado a suspeita de enriquecimento ilícito, em outro processo criminal, e Haddad havia pago o imposto devido antes do recebimento da denúncia.

O relator seguiu o entendimento do ministro Gilmar Mendes, que concedera liminar em 2004, trancando a ação penal.

**CONTINUA**

## **CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO**

Haddad ainda responde uma ação de improbidade, que aguarda há dez anos o julgamento de um recurso no Supremo para definir em qual tribunal o processo deve tramitar.

**20 MAR 2017**

A decisão do Conselho da Justiça Federal foi tomada em dezembro último, em sessão presidida pela ministra Laurita Vaz, presidente do STJ.

O conselho contrariou recomendação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que deu parecer favorável ao seguimento da reclamação.

Janot entendeu que a reclamação disciplinar não prescrevera –ou seja, não estava extinto o prazo legal para eventual punição– e que o processo não podia ser arquivado.

A reclamação foi instaurada em 2009. O magistrado pediu aposentadoria em outubro de 2013, concedida pela então presidente Dilma Rousseff. Somente atingiu a idade-limite [70 anos, na época] em novembro de 2014.

Resolução do CNJ prevê que "o magistrado que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar só terá apreciado o pedido de aposentadoria voluntária após a conclusão do processo ou do cumprimento da penalidade".

A lei complementar nº 64/1990 prevê inelegibilidade pelo prazo de oito anos, para qualquer cargo, de juízes que forem aposentados na pendência de processo administrativo disciplinar.

Até recentemente, a aposentadoria dos magistrados impossibilitava a aplicação de qualquer sanção administrativa. Janot citou precedente da corregedoria do CNJ. Em 2015, por unanimidade, o CNJ abriu processo disciplinar contra um desembargador, suspeito de venda de sentenças, que pediu aposentadoria voluntária dias depois de uma inspeção no Tribunal de Justiça do Ceará.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO

No parecer contra a extinção da reclamação disciplinar, Janot sustentou que "o agente deve responder pelos seus atos". Invocou a "credibilidade do Poder Judiciário perante a sociedade" e a "valorização dos princípios éticos da magistratura".

Acompanhado pelo colegiado, o ministro Campbell votou pelo arquivamento da reclamação, "sem prejuízo de eventuais sanções que vierem a ser impostas por força da ação de improbidade administrativa".

Em 1999, a **Folha** revelou que Haddad ostentava um patrimônio que contrasta com o padrão dos juízes brasileiros.

Haddad moveu ação de indenização contra a Empresa Folha da Manhã S/A, que edita o jornal, tendo obtido decisão favorável em primeira instância.

Em 2007, por unanimidade, a 8ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP reformou a sentença.

O relator, desembargador Fábio Henrique Podestá, registrou em seu voto que não viu "motivação legal para justificar a reparação pretendida".

### OUTRO LADO

A defesa do desembargador Roberto Haddad alegou no Superior Tribunal de Justiça, durante a tramitação da ação penal, que não houve crime de uso de documento falso, nem indícios de delito contra a ordem tributária.

Segundo os advogados, o uso de documento falso configuraria, em tese, um crime tributário, não podendo ser destacado como delito autônomo.

Ainda segundo a defesa, o desembargador não poderia ser afastado do cargo em razão da configuração, sempre em tese, "de infração de menor potencial ofensivo".

**CONTINUA**

20 MAR 2017



## **CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO**

O advogado Antônio Nabor Bulhões afirmou, em 2007, que "o único dado que emergiu do inquérito foi a suposta omissão de receita, no valor estrambótico de R\$ 32 mil, da aquisição de um veículo".

**20 MAR 2017**

"A Receita autuou o desembargador por suposta omissão não-dolosa. Não agravou a multa aplicada. Entendeu que houve erro material. E se você paga o tributo, extingue a punibilidade com relação ao crime contra a ordem tributária. Vale para qualquer cidadão", disse.

"O que se investigava era se a declaração retificadora tinha sido apresentada para 'iludir' a administração tributária", diz. "Se a suposta fraude é praticada com o fito de iludir a administração tributária, o falso não assume a feição de crime autônomo", disse

Procurado, o advogado Sebastião Botto de Barros Tojal, que representa Haddad em recurso na ação de improbidade no STF, não comentou o caso, até a conclusão desta edição.

A reportagem não conseguiu localizar o magistrado.

## Perícia de acidente que matou Teori deve descartar sabotagem

Dois meses após a queda do avião turboélice que matou o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki e outras quatro pessoas em Paraty (RJ), as três investigações abertas por órgãos federais seguem sem conclusão.

A **Folha** apurou que a hipótese de sabotagem é remota e praticamente descartada pelos investigadores, mas até a última sexta-feira (17) a Polícia Federal, o Cenipa (órgão da Aeronáutica responsável pela investigação de acidentes aéreos) e o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro ainda não haviam divulgado um comunicado oficial sobre as causas do acidente, ocorrido em 19 de janeiro.

Quatro dias depois da queda, o juiz federal Raffaele Felice Pirro, de Angra dos Reis (RJ), decretou segredo de Justiça sobre as apurações. Além de Teori, o acidente matou o empresário hoteleiro Carlos Alberto Fernandes Filgueiras, o piloto Osmar Rodrigues, a massoterapeuta Máira Lidiane Panas Hélatczuk e sua mãe, Maria Hilda Panas.

As três apurações são um inquérito policial, tocado pela PF de Angra com acompanhamento da Justiça Federal e do Ministério Público Federal, um inquérito civil aberto pela Procuradoria da República em Angra e a apuração do Cenipa —que não tem objetivo de criminalizar eventuais responsáveis, mas apontar "fatores contribuintes" para a queda.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO

Como é feita por profissionais especializados em aviação, a terceira investigação é a mais aguardada para o completo entendimento de eventuais falhas humanas ou técnicas, a fim de reduzir o risco de novos acidentes.

20 MAR 2017

A Aeronáutica informou à reportagem na sexta que pretende encerrar a apuração "no menor prazo possível".

Por lei, não há data para o trabalho ser concluído; o tempo de investigações pode variar. Em outro acidente de grande repercussão, a queda do jato que matou o então candidato à Presidência Eduardo Campos (PSB-PE) em agosto de 2014, o Cenipa só anunciou o resultado das apurações um ano e cinco meses depois. Há casos resolvidos em poucos meses e outros que se estenderam por mais de dois anos.

"É necessário esclarecer que o processo de investigação é dinâmico, pois, à medida que as análises avançam, novas demandas surgem", informou a nota da FAB.

"Neste momento, a investigação encontra-se nas fases de coleta e análises dos dados obtidos. O áudio do gravador de voz da cabine ('cockpit voice recorder', o CVR) está sendo analisado. O CVR por si só não é elemento conclusivo para investigação, ele é apenas uma das fontes de dados", informou o Cenipa.

"Por meio da análise técnica do CVR é possível constatar o funcionamento, correto ou não, de sistemas da aeronave, como o funcionamento dos motores, movimentação de superfícies de comando de voo, dentre outros."

Em janeiro, a **Folha** revelou que a principal hipótese levada em conta pelos investigadores do Cenipa é a desorientação espacial do piloto. Segundo essa linha de investigação, em um dia de chuva e de baixa visibilidade, perto de um aeroporto que só opera para pousos e decolagens visuais, o piloto fez uma manobra que levou uma das asas do avião a tocar no mar, provocando um "capotamento".

CONTINUA

## **CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO**

Nos laudos da PF, a tese da desorientação espacial também é a principal, mas a apuração ainda levará um tempo, segundo a **Folha** apurou, porque os investigadores precisam eliminar todas as demais hipóteses –como a ideia, de probabilidade próxima a zero, de que havia uma bomba a bordo.

**20 MAR 2017**

Os policiais também precisam desmentir teorias conspiratórias que brotaram na internet logo depois do acidente. Essas linhas devem ser enfrentadas pelos investigadores para que o inquérito não receba a crítica de ter fechado os olhos sobre determinado aspecto do episódio.

Também se aguarda o resultado de exames toxicológicos feitos no corpo do piloto para uma completa avaliação de seu estado de saúde no momento da queda.

Parte da equipe da PF que investiga o acidente de Teori também trabalhou no inquérito sobre o acidente com Campos.

### **PERGUNTAS E RESPOSTAS**

#### **Quem investiga o caso?**

Três frentes, em caráter sigiloso: Polícia Federal, Cenipa (centro da Aeronáutica responsável por acidentes) e Ministério Público Federal

#### **Qual o estágio da apuração?**

As investigações não foram concluídas. A PF tinha prazo inicial de 30 dias, que foi renovado uma vez e pode ser renovado por igual período quantas vezes for necessário. O Cenipa não tem prazo legal

#### **Qual a causa da queda?**

Ainda não foi divulgada. A **Folha** apurou que o principal fator levado em conta pelo Cenipa é possível desorientação espacial do piloto, que pode ter tocado com a asa no mar e perdido o controle ao tentar pousar com chuva e baixa visibilidade

**CONTINUA**

## **CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO**

**O aeroporto de Paraty é bem equipado?**

Não. Funciona apenas para pousos e decolagens visuais

**Há indícios de sabotagem?**

**20 MAR 2017**

A Folha apurou que até o momento não surgiu nenhum indicativo disso

**Por que a PF ainda não encerrou o inquérito?**

Mesmo considerando remota a hipótese de sabotagem, os investigadores da PF trabalham para afastar teorias conspiratórias que apareceram na época do acidente, como uma bomba a bordo, e aguardam outros exames